



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0469/15	DATA: 04/05/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro	INÍCIO: 16h00min	TÉRMINO: 19h17min	PÁGINAS: 70

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

BRUNO ALVES CÂNDIDO - Membro da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB/RJ.
CLÁTIA REGINA VIEIRA - Representante do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro — FEMNEGRAS/RJ.
LENILDA CAMPOS - Representante da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro — FAFERJ.
MARCELO DIAS - Presidente da Comissão de Igualdade Racial e da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB/RJ.
NEUSA DAS DORES PEREIRA - Presidenta da ONG Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher — CEDOICOM.
DANIEL PÉRES - Representante da Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro — ACTERJ.

SUMÁRIO

Levantamento de informações e diagnósticos pertinentes ao trabalho da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Não há registro sonoro do fim da reunião.
Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos e a todas.

Quero pedir desculpas pelo atraso. Nós fizemos uma atividade pela manhã no Morro do Alemão, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado Rio de Janeiro, presidida pelo Deputado Marcelo Freixo, que se estendeu até as 14 horas. Então, acabamos nos atrasando, e quero aqui pedir mil desculpas.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra Jovens Negros e Pobres. Esta CPI foi instalada no dia 26 do mês de março, com o objetivo de apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Em 30 de março, foi aprovado o Requerimento nº 5, de minha autoria, *“que requer a realização de audiências estaduais para levantamentos de diagnósticos, informações, oitivas e diligencias pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados”*.

A audiência foi organizada em duas etapas: a ideia era a primeira ser formada por autoridades e representantes de instituições oficiais, e a segunda ser formada por pessoas e entidades indicadas pelos Deputados do Rio de Janeiro que fazem parte desta CPI.

Devido ao atraso, nós vamos iniciar pela segunda Mesa. Nós queremos ouvir os representantes das entidades que foram indicadas pelo conjunto de Deputados Federais do Estado do Rio de Janeiro que fazem parte da CPI: Deputado Jean Wyllys, aqui presente, a quem agradeço pela participação; Deputada Benedita da Silva, também ajudando na organização; Deputado Sóstenes Cavalcante, que também ajudou na organização; Deputado Celso Jacob, que está aqui também; e Deputada Rosângela Gomes, a quem convido a compor a Mesa, nossa Relatora da CPI.

Também nós estamos aqui com a presença da Deputada Erika Kokay, do Distrito Federal, que faz parte desta CPI e é muito atuante, do Deputado Paulão, que nos acompanha, do PT do Estado Alagoas, e da Deputada Tia Ju, Deputada Estadual da Assembleia Legislativa.



Quero convidar para compor a Mesa o Dr. Bruno Alves Cândido, membro da Comissão de Igualdade Racial da OAB do RJ (*palmas*); a Sra. Neusa das Dores, Diretora Executiva da entidade Coisa de Mulher (*palmas*); a Sra. Clátia, representante do Fórum Estadual de Mulheres Negras (*palmas*); a Sra. Lenilda Campos, da Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (*palmas*).

(*Pausa.*)

Nós vamos dar início à audiência, passando a palavra, por 10 minutos, com uma tolerância democrática de mais 2 minutos, para o Dr. Bruno.

O SR. BRUNO ALVES CÂNDIDO - Boa tarde!

Vou fugir um pouco da formalidade. Desde que eu fui convidado, eu pensei, principalmente nesse final de semana, em várias formas e de qual maneira eu iria começar minha fala e o que eu diria, porque eu fiquei profundamente impactado por esta iniciativa, que, sem banalizar as anteriores, é uma iniciativa realmente de promessa, em potencial e eficácia, de discutir com qualidade a questão do extermínio e, eu prefiro dizer, genocídio da juventude negra.

No nosso País, pelas questões que vocês bem conhecem, como o momento da democracia racial, por exemplo, e as formas que o Brasil tem de desconversar, não tem sido discutida com a qualidade que aqui foi proposta. Por essa razão, eu não havia preparado uma fala como eu fazia antes, nas outras palestras, quando eu falava de extermínio de juventude negra, racismo e as questões de direitos.

Então, eu percebi que eu, primeiro, tive a honra de ser convidado por ser jovem negro e de estar representando a juventude negra aqui nesta Mesa hoje. Na verdade, eu não sabia que eu estaria numa Mesa, mas, quando me anunciaram isso, eu pensei: "*Caramba, eu sou jovem negro, vou ter oportunidade de estar numa Mesa, numa CPI que é histórica, que, com certeza, enfrentou barreiras institucionais seriíssimas para estar aqui*". São barreiras que a gente enfrenta em todas as instâncias na verdade, porque o racismo é estrutural, portanto, por consequência, ele é institucional. Então, eu pensei: "*Não, espera aí. Eu não vou ser advogado, nem vou ser militante. Eu vou sentar àquela mesa e ser jovem negro*". E tive a honra de ser o primeiro a começar a falar. Então, estou sendo jovem negro que está tendo a honra de iniciar, realmente, a CPI no Estado do Rio de Janeiro.



Depois de falar isso, eu queria realmente abrir mão das formalidades tradicionais. Pedi até ao meu Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB, Marcelo Dias, para também me autorizar a abrir mão das formalidades para eu poder ser jovem negro aqui.

Primeiro, Presidente Reginaldo, eu queria agradecer, Deputada Rosangela, Deputado Jean Wyllys. Obrigado, Miriam, pela oportunidade. Eu ouvi a sua fala no programa que houve na *TV Câmara*, de que eu participei também pela Internet. Eu não o conheci antes disso e, pela primeira vez, eu vi alguém que não é reconhecido no Brasil como negro, porque seria reconhecido fora, a falar com tanta qualidade da questão racial. Chegando aqui, nesses 5 minutos, conversando com você e com o Jean também, pude perceber que há uma seriedade.

E por que é importante eu falar como jovem negro? Porque eu posso abrir mão de qualquer outro interesse que não seja apenas de sobrevivência da juventude negra, de vida, e vida com dignidade, para dizer o quão eu estou emocionado com isso, porque eu posso sentar aqui realmente e falar de coração aberto que eu precisava disso, nós jovens negros, mães negras, pais negros, famílias negras desestruturadas. O negro na sociedade brasileira precisa de uma medida eficaz de fato, sem tempo para paliativos, sem tempo para poder esbarrar em discurso “*não, é social*”; “*não, é racial*”; “*não, racial não existe no País*”.

Gente, tem gente morrendo. Essa morte tem cor. A gente tem o mapa da violência, que desde a sua criação já diz a cor desses assassinatos. Se você for olhar os dados do mapa, falando agora do Rio de Janeiro, promovido pelo LAESER — Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais, pelo seu Coordenador, Marcelo Paixão, no *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil*, que é, na verdade, no País, produzido pelo Rio de Janeiro. Se você for checar, a população negra é destinatária das maiores mazelas sociais. Não existe nenhuma mazela social em que a população negra não se destaque. Isso é problemático não só por existir essa essência, mas também porque a gente vive num País que diz que não existe desigualdade racial. O Brasil é mestre em desconversar, principalmente quando você toca em termos que são legitimados por mitos.



Então, é lógico, e não é novidade para ninguém, que o que fundamenta esta Comissão e o que fundamenta a nossa estada aqui hoje é o racismo. Agora, um dos pontos que a gente precisaria também discutir, que eu chamo de pontos instrumentais em relação à questão do racismo, por exemplo, seria o mito das drogas, que, na verdade, não é o combate às drogas, mas o combate aos usuários de drogas, combate às pessoas que fazem que a droga seja seu ponto de empoderamento econômico, seu ponto de dignidade. Ou seja, a partir do momento em que eu passo a ter essa condição de destaque na sociedade, no ambiente, ou seja, a favela ou a comunidade, eu passo a existir.

Então, a gente começa a discutir agora: onde está sintonizada a minha condição de existência? Eu posso ser humano a partir de quê? A partir do empoderamento econômico? A partir da minha popularidade no meu ambiente? Então, a gente precisa discutir a descoisificação do negro na sociedade de hoje, que não vai passar somente pela questão das drogas, vai passar por uma série de questões.

Na verdade, esta CPI tem um trabalho muito grande pela frente. Sim, a natureza é o racismo, mas ele se instrumentaliza em diversas vertentes. Para você tratar disso, você vai ter que tratar do racismo institucional. Significa que todo sistema está arquitetado para desconversar, para desarticular qualquer tipo de ação que você pretenda fazer para garantir a vida. Estamos falando aqui somente da vida.

Aí, vem outro ponto: você tentar garantir dignidade na vida, que também é uma garantia constitucional. E aí você enfrenta também uma barreira para tratar disso.

Também é importante estar aqui hoje porque, desde o sequestro legal e da escravidão legal, todos os instrumentos que foram usados, e um desses, o principal, para se tornar legal, partiu por via do Direito. Lógico, o Direito, como um instrumento de uma subjetividade racista, ou uma objetividade racista, servia como instrumento para garantir o pensamento, o que a sociedade pensava na época, desde a Lei Diogo Feijó. Enfim, o Direito serviu como fundamento para legitimar também essa estrutura racista, que também serviu como instrumento para doutrinar a sociedade dentro de um costume.



Hoje, a gente consegue perceber que o Direito, como fator e instrumento de controle social, serviu também no processo de adequação e processo de alienação. Hoje, a Lei Áurea, de 1888, depois de 127 anos, se não me engano, pode ter sido abolida juridicamente, porém os seus aspectos a gente consegue ver. É simples, como eu já falei até nesta Casa, é só eu tirar este terno, tirar esta gravata, resolver sair com uma bermuda e um chinelo, passando na frente da Câmara, os mesmos seguranças que me permitiram o ingresso podem ser os mesmos seguranças que podem ter uma abordagem violenta para comigo. E aí a gente não está discutindo se eles são brancos ou se eles são negros. A gente está discutindo como a sociedade começa a operar com base em coisificar o ser humano e qual é a herança desse processo escravocrata, dessa ideologia escravocrata, se ela é presente e de que forma ela se apresenta aqui hoje.

Não vou me estender. Acho que estou falando sobre coisas que todo mundo sabe. Acho que o mais importante, quando eu pensava em falar, é analisar, primeiro, pelo vocábulo que a gente considera correto, que não seria o extermínio, mas, sim, o genocídio, a morte de uma cultura, e não só imaginando que um jovem negro morre quando dele é retirada a vida, mas também a dignidade da vida. Ou também, quando você fala de dignidade da vida, você, por exemplo, não abordaria o caso do menino Juan, mas você abordaria o caso da Cláudia Ferreira da Silva, por exemplo, que foge à regra de extermínio de um jovem negro, é a morte de uma mãe negra. E, se você mata a mãe negra, você matou ali todos os que dependiam dela: os filhos dela, os sobrinhos dela. Ou seja, é uma prática do racismo desestruturar as famílias negras.

Obrigado.

Eu tenho tempo ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tem.

O SR. BRUNO ALVES CÂNDIDO - Há uma leitura muito interessante do Carl Hart, em que ele discute a questão das drogas. Ele é um negro norte-americano. Ele discute a questão das drogas, ele fala da questão da violência trazida pelas drogas. Ele fala que dizem que a violência chegou ao bairro dele por causa das drogas, mas, muito antes das drogas chegarem, o pai dele já tinha dado uma martelada no olho direito da sua mãe.



Aí ele falava da questão do salário que o pai dele recebia, do estresse durante a semana, e que, no final de semana, ele usava entorpecente, o álcool. E, quando ele usava o álcool, ele acabava tendo o álcool como válvula de escape, que desencadeava violência familiar. Então, Carl Hart, na verdade, denuncia que o motivo da violência seria a desigualdade social. Eu até prefiro a expressão “desigualdade racial”, porque acho que o termo “desigualdade social” não é aplicado da forma adequada para a questão racial.

Na verdade, o que ele quer dizer é que há uma nítida intenção em desestruturar a família negra e, através dessa desestruturação que passa pelo ganho, passa pelo relacionamento interpessoal... Se a gente fala do racismo institucional, é lógico que ele também vai atuar no relacionamento interpessoal. E é lógico que há uma facilidade, se você for negro, de eu odiá-lo ou de eu também olhá-lo numa condição em que eu não considere a sua essência humana. Então, eu não o olho como humano; eu o olho como coisa; eu também o coisifico.

Então, se o racismo é estrutural na nossa sociedade, todos que compõem essa sociedade vão agir dessa maneira.

O que eu estou querendo dizer para poder expressar-me melhor? O que eu quero dizer é que, quando a gente vai abordar o extermínio da juventude negra, precisa analisar toda a família negra, toda a condição do negro na sociedade. Eu preciso analisar que Douglas Silva deixou a mãe, que cursava faculdade. E eu acho que ela teve que trancar a faculdade. E ele também não tinha pai. Já existia uma família desestruturada. Eu preciso analisar que o menino Juan, um dos casos que a gente acompanhou na Comissão de Igualdade Racial, um menino de 10 anos, na Baixada Fluminense, que morreu neste ano, foi assassinado por um policial militar. E aí eu não estou jogando a culpa para a Polícia Militar. A questão é estrutural, é institucional. E não adianta mirar numa instituição. É todo o País que se articula dessa forma.

Na análise do caso do Juan, que foi assassinado, tem que ser abordado que ele morava numa favela e as condições de segregação social, de *apartheid* cultural, a questão do percentual de renda daquela família. Tudo isso tem que ser analisado. Cláudia Ferreira da Silva, por exemplo, não morava numa favela à toa.



O problema não é... Como é que eu posso dizer? Vocês entenderam. É melhor encerrar, para eu não me estender. Só é interessante enfatizar que a análise é profunda, o trabalho é muito árduo, é muito árduo mesmo, porque o racismo é natureza. Mas como ele se instrumenta? Como ele se instrumentaliza diante dessas gerações? E aí é preciso — e é esta a minha orientação, se eu puder aconselhar algo, se o que apresento aqui puder ser uma coisa efetiva — trabalhar uma visibilidade positiva do jovem negro (*palmas*), trabalhar também, já que eu estou numa Casa Legislativa, com os Deputados Federais também, que se importam muito, trabalhar formas de ingresso de empoderamento econômico dessa juventude negra não só no seio público, mas também no seio privado. Já que o racismo é estrutural e opera em todas essas duas vertentes, vamos trabalhar esse ingresso por meio de leis, enfim, por reserva de vagas também em instituições privadas.

Qual seria o fundamento disso? Elisa Larkin, viúva de Abdias Nascimento, nosso ex-Senador, que trabalhou muito bem em nossos interesses, desenvolve uma pesquisa e, num programa de televisão, disse o seguinte: *“Quando uma empresa se instala dentro de uma cidade, e a maioria da população dessa cidade é negra, e dentro dos quadros dessa empresa a maioria é branca, essa empresa cai no ilícito, no inconstitucional e no imoral da discriminação racial”*. Então, essa empresa tem uma responsabilidade social. Isso é um sucedâneo para que a gente possa prestar medidas também na iniciativa privada para poder incluir a juventude negra, porque a gente vai ter que trabalhar dois polos. Esses jovens... Vocês precisam olhar para mim e me ver positivamente como pessoa, naturalmente, não só quando eu estiver de terno — naturalmente. E me ver assim também está relacionado ao meu poder econômico, muito relacionado ao meu poder econômico. Então, a gente precisa garantir esses acessos, precisa garantir essa visibilidade positiva. O resultado desta CPI esperamos que seja... Mas deixem-me ser eu e dizer que tem que ser no sentido de que jovens possam transitar em qualquer meio, em qualquer segmento, com a sua vida garantida e a dignidade em vida garantida. Isso é muito importante! E que isso possa espalhar-se para suas famílias.

Então, eu peço desculpas pelos gaguejos e tal. Obrigado, por ter permitido eu ficar à vontade. E, como eu já anunciei, eu faço parte de alguns segmentos de juventude do Rio de Janeiro. No que precisar, o que a gente puder fornecer de



documento e trabalhar — eu acredito que essa será a fala do meu Presidente também —, contem com a gente.

É isso. (*Parabéns! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bom! Quero agradecer ao Dr. Bruno Alves Cândido a belíssima intervenção, membro da Comissão de Igualdade Racial da OAB do Rio de Janeiro. Bruno, muito obrigado.

Quero convidar também o Sr. Marcelo Dias, que é o Presidente da Comissão de Igualdade Racial e Escravidão Negra da OAB-RJ. Quero convidá-lo e já lhe passar a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Vamos fazer uma paridade aí. Vamos chamar uma mulher para falar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos. É que eu consultei a Mesa aqui, aí eles disseram: “*Não, o Presidente vai...*”

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Acatada a sugestão de V.Exa. (*Risos.*) Foi combinado com o Marcelo, para ele sentar... (*Pausa.*)

Quem? Pode ser. Vamos lá.

Com a palavra a Sra. Clátia Regina Vieira, representante do Fórum Estadual de Mulheres Negras — FEMNEGRAS.

A SRA. CLÁTIA REGINA VIEIRA - Obrigada. Boa tarde a todas e a todos! Boa tarde, Sr. Presidente Reginaldo Lopes; em sua pessoa cumprimento todos os integrantes da Mesa, com destaque para a Deputada Federal, a companheira Rosangela Gomes. Na pessoa, claro, de Benedita da Silva, eu queria cumprimentar todos os Parlamentares que estão aqui e dizer o quanto são importantes, sempre que a gente se depara com a presença da Benedita, que o movimento de mulheres negras carinhosamente chama de Bené, essas questões que são tão nossas, que a gente já vem discutindo de longa data, e é o nosso lema que os nossos passos vêm de longe.

É muito difícil para a gente estar aqui falando do algo que somos nós, esta Mesa, hoje aqui composta pela sociedade civil, na sua maioria. Que responsabilidade a gente falar do que já vem falando há tantos anos, do que já vem apontando há tantos anos! Não é de hoje nem de ontem que a gente vem



enterrando o povo preto, e, em especial, o alvo tem sido a juventude negra, o que muito nos incomoda.

Os números... Eu creio que todos os que estão aqui, que têm interesse nesse tema, nessa discussão, que se incomodam com essa questão, sabem que os números são cada vez piores. Toda vez que a gente vai pautar ausência de políticas públicas, a gente encontra o povo preto, na sua maioria. A gente sempre diz o seguinte: na base da pirâmide, aquela base que representa a maior parte, quando há ausência de políticas públicas ali, está lá a nossa cara preta; no alto da pirâmide, que tem aquele tamanho menorzinho, para a gente, quando ali se representa a ausência de políticas públicas, está lá a cara preta nossa, quase invisível. E não seria diferente na questão da violência. Uma das ausências da política pública que tem custado muito caro para o povo preto é a violência, a falta de segurança pública.

Penso que a gente não precisa se prender aqui a discutir a segurança pública no varejo. Isso não nos interessa. Precisamos discutir a falência da segurança pública do nosso Estado, a falência da segurança pública de outros Estados. A gente tem um exemplo aí muito recente que nos incomoda, que é aquela matança desordenada na Bahia, que não é muito diferente da no Rio de Janeiro. O que temos de números é o que vemos, e nós sempre nos destacamos. E, quando a gente não vê os números, a gente entende que estão camuflado esse povo preto.

Então, primeiro, eu quero parabenizá-los pela coragem deste tema, pela coragem de trazer esta discussão, parabenizar esta Casa por abrir espaço para esta discussão. Acredito que, depois desta audiência pública, a ALERJ possa puxar para ela a responsabilidade de tocar essa discussão no Estado, e a gente possa aprofundar essa discussão no Rio de Janeiro, o que é muito importante.

Primeiro, eu gostaria de dizer que o que eu espero desta Comissão e desta audiência é que não possa acabar na famosa *pizza*, mas que sirva para a gente reformular conceito, e que o Estado do Rio de Janeiro reconheça que essa política de segurança pública que aí está é uma política de meia-boca, é uma política que não nos atinge, e, quando nos atinge, atinge-nos no campo do homicídio, e isso não nos interessa; e é uma política que, na verdade, sobrepõe-se à política da vida. Quando a gente começou a divulgar esta audiência pública de hoje, a gente fez uma chamada nas redes sociais, dizendo o seguinte: *“Vida longa para os nossos jovens,*



com segurança”, o que não é nenhum favor. O que a gente exige aqui é o direito, o direito de ser preto, o direito de ser respeitado como preto e o direito de viver como preto. É inadmissível que um Estado possa matar ou deixar de matar pela cor da pele. Sim, porque os nossos jovens estão sendo assassinados pela cor da pele em primeiro lugar! Em primeiro lugar, na dúvida, ele é preto.

Nós temos um número bastante expressivo de jovens assassinados, e aqui já foi colocada qual é essa consequência para nós, mulheres negras. E nós, mulheres negras, que estamos na militância, na militância de mulheres negras, na militância do movimento negro, qual é o peso que isso tem para a gente? Quando a gente se depara neste plenário com duas mulheres que estão aí, corajosas demais, que estão aí em busca dessa justiça, justiça que a gente tem buscado há tanto tempo, eu me reporto ao Morro da Coroa, há 20 anos, quando o Rodrigo foi assassinado. A Benedita se lembra disso, era Governadora. E o menino foi assassinado porque estava de costas, porque estava correndo, porque estava de *short*, porque estava sem camisa e porque era preto. E eu lembro que a gente começou uma estrada daquelas, puxada.

O Estado tem a competência de lesar você nas políticas públicas e depois ele dá cabo de você. Na verdade, quando a gente começa a ouvir... Desculpem-me, não é isso o que eu quero falar, porque eu queria chamar a atenção para essa coisa da redução, porque a gente ainda acha que a redução da idade penal (*palmas*) vai dar jeito nessa violência. E a gente sabe que essa redução tem cor, e a gente sabe que essa cor é preta, porque, se a gente for olhar os DEGASEs, o sistema prisional, se a gente for olhar a população de rua, todo aquele grupo que está excluído de políticas públicas, esse grupo tem cor. Então, por que a gente tem tanta dificuldade de discutir uma política que realmente vá atender e vá buscar a equidade para esse povo preto?

Existe uma discussão do movimento negro, que já vem de longa data, de que é inadmissível que a gente esteja sempre à margem. Seria, talvez, porque ainda não temos quem nos represente de fato e de direito? Acredito que não. Eu acredito que nós precisamos provar para o poder público, em especial para o Legislativo, que faz as leis... Sim, mas as leis não falam por si próprias, porque, se as leis falassem por si próprias, a gente nem precisava estar aqui, porque nós temos uma Constituição



Federal bastante avançada. E nós, do movimento negro, nós, mulheres negras, juventude negra, já pautamos para esse Estado. Foram algumas conferências estaduais, algumas conferências municipais, foram encontros internacionais, e, em toda oportunidade que a gente tem, a gente está apontando a forma, o descaso, a falta de respeito, com que o Estado tem tratado a juventude negra. E, sem sombra de dúvidas, como já foi colocado, é inadmissível que eu não veja um jovem que tenha sido assassinado lá em Mesquita, ou que tenha sido assassinado lá na Bahia, ou que tenha sido assassinado lá no Alemão, e eu não sinta que é um pouco da gente que está indo. É simplesmente esse processo em que a gente fica na inércia e em que se perde. A gente poderia estar contando aqui, de Rodrigo para cá, há 20 anos, quantos jovens nós já enterramos, que vão para a estatística, que vão para uma discussão, e que depois a gente não sabe para onde vão. Não há como a gente querer diminuir essa violência que está sobre a nossa pele preta se a gente não assumir que a gente precisa rediscutir as políticas de segurança pública nacional e estadual. Não tem outro caminho. A gente não vai ficar aqui contando as nossas histórias, porque todos nós que estamos aqui sabemos: não tem outro caminho. No nosso Estado, o Secretário de Segurança precisa sentar e rever agora. Não dá para você, do gabinete ou de experiências nacionais e internacionais ou de livros, achar que aquilo que você pensa dessas pesquisas é o que está dando certo na política. Você precisa trazer esses atores para a discussão. Política pública nós fazemos com os nossos pares. É inadmissível que o Estado se tranque numa sala e ache: *“Eu sei tudo, é de desse jeito que eu vou colocar”*. Em especial no Rio de Janeiro essa matança precisa ter um freio, gente! É inadmissível que, a toda hora, a gente acorde e tem uma criança, uma mulher... É uma bala perdida com endereço certo. Nós estamos vivendo um processo de política de insegurança pública. Nós não vamos nos perder em ficar discutindo se é a polícia A ou B; é responsabilidade do Estado. Não vou transferir, não dá para transferir. Essa é uma armadilha para a gente fugir dessa discussão. Então, o que eu peço e espero é que a gente possa contar, primeiro, com a bancada. Quero desviar e pedir para a bancada do Rio, na Câmara e no Senado — e na Câmara a gente está com bastantes representações aqui — que é preciso denunciar, na Câmara Federal, essas matanças que estão acontecendo aqui. Toda vez que for possível, toda vez que a gente puder estar



passando informação, que se use aquela tribuna, porque o vocês falam lá reforça a gente aqui no Estado, e a gente se sente mais amparada. De fato, não estou dizendo que vocês não tenham feito. Estou pedindo que a gente precisa compartilhar mais essa comunicação. A gente precisa ouvir mais a Câmara Federal. Eu sei que não é fácil, eu sei que é uma demanda do Brasil, mas nós temos uma bancada. Se nem todos estão comprometidos, e também a gente sabe disso, nós temos uma bancada comprometida, e essa bancada é onde está a nossa esperança. Dito isso, eu queria encerrar, dizendo que os números sempre vão dizer, e aí a gente tem o mapa da violência de 2013. É uma coisa vergonhosa, quando ele mostra que os homicídios em relação aos jovens aumentam mais de 25%. Gente, isso é muita coisa! Isso é muita coisa, e a responsabilidade não pode ficar com a sociedade civil. Afinal de contas, quem pode mexer na legislação, quem pode propor, quem pode intervir é o Legislativo. Por sua vez, quem pode mudar políticas públicas é o Executivo através ou com o apoio do Legislativo. Nós, sociedade civil, estamos aqui para apontar, para colaborar, mas o que tem acontecido é que, a cada dia, a cada minuto, a gente tem enterrado um dos nossos. Nós estamos aqui neste momento... Vocês vieram do Alemão. A gente não sabe, daqui a 2 horas ou daqui a 15 minutos, quantos de nós a gente estará enterrando. Isso é muito ruim, isso é desumano, isso não é uma política de quem acolhe os seus. Esse Estado caminha numa direção contrária em relação à matança do povo preto. Eu acho que já basta disso. Então, que a gente não tenha que, daqui a 3 ou 4 anos, voltar aqui para contar mais 5, contar mais 10, contar mais 15. Essa juventude negra tem o direito — ela tem o direito! — de viver, porque essa juventude é que vai dar conta deste País amanhã, porque nós não vamos ficar aqui para semente, e nem queremos. Agora, peço a vocês que sejam mais firmes. Desculpem-me, eu sei da dificuldade, da emblemática que possa ter, mas é preciso pegar mais pesado, é preciso pegar mais firme. Eu espero que realmente esta CPI possa dizer a que veio. E que a gente tenha um resultado além da nossa expectativa. Quero reforçar — estou avistando aqui a Deputada Martha Rocha. A gente já tem um processo de encaminhamento com ela — o seguinte: a ALERJ — Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro precisa daqui para frente, dar conta. Deve aproveitar esse gancho e dar conta, para que a gente possa fazer um grupo de discussão permanente do desvio



e dos descaminhos que vai a segurança pública, que tem tornado a nossa vida uma total insegurança no nosso cotidiano.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Clátia.

Quero também registrar a presença da Deputada Martha Rocha. Obrigado pela presença.

Quero comunicar aqui ao Plenário que, durante a fala dos nossos convidados, nós vamos abrir inscrição para que cada um possa falar, após a fala deles, por 3 minutos. E o Robson, que está aqui à nossa esquerda, Secretário da CPI, vai pegar as inscrições. Nós vamos abrir para todos que queiram se manifestar.

Quero passar a palavra para a nossa próxima oradora, Sra. Lenilda Campos, da Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro, por 10 minutos.

A SRA. LENILDA CAMPOS - Boa tarde a todos e a todas. Como o companheiro que me antecedeu, eu também não sabia que ia estar nesta Mesa, mas, já que fui convidada, estou aqui, vou cumprir o meu papel como mulher negra e representante da FAFERJ, que é a Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro.

Os companheiros que me antecederam já tiveram as suas falas e já expuseram algumas coisas aqui as quais eu não vou reproduzir, nem vou falar, mas eu quero trazer para esta discussão esse formato de pesquisa que é feito, uma pesquisa “quanti”, sobre o genocídio da juventude negra. É uma pesquisa que a gente respeita, mas que precisa ser mudada.

E aí eu trago, na minha fala, a possibilidade de fazer, como hoje nós da FAFERJ estamos fazendo, uma pesquisa dentro das comunidades: uma pesquisa “quali” e uma pesquisa afetiva, em que a escuta desses jovens negros de favelas é feita de forma mais próxima.

Então, eu já começo aqui a propor que possamos ouvir através de uma pesquisa mais afetiva desses jovens. Já foi dito aqui sobre o extermínio, já foi dito aqui sobre os jovens que estão morrendo, já foi dito aqui tudo isso, então eu não vou dizer isso, eu quero falar do que vamos fazer, de qual é a medida preventiva que vamos tomar a partir daqui.



E quero também falar da nossa participação, nós enquanto sociedade civil, mesmo sabendo da responsabilidade do Estado nessa questão de estar participando de uma forma mais efetiva e estar no processo de construção desse plano.

Então, na verdade, o empoderamento da juventude negra de favela é fato — não há como discutir isso, isso já é fato —, o que nós precisamos mesmo é de que parem de retratar esse negro jovem, essas mulheres negras, de forma criminalizada. A mídia faz isso, ela compactua com isso, ela compactua com o extermínio da juventude negra, isso ela faz o tempo todo.

Hoje mesmo, pela manhã, eu não me lembro bem em que bairro foi, em que comunidade foi, mas foi morto um homem negro, que levou um tiro na cabeça. Não percebi bem como foi que aconteceu, mas a pessoa que deu o tiro, o policial que deu o tiro, disse que foi por engano. Gente, imagine um tiro na cabeça por engano, não é? Isso é falácia!

Então a gente precisa avançar nessa discussão. Na verdade, todas as informações que esta CPI precisa ela já teve. E aí a pergunta que não quer calar: quando eu sento a esta mesa e me comprometo a me colocar, eu quero saber se esta CPI vai fazer, vai desenvolver a ação da forma correta. É isso que eu quero saber. Eu quero saber se vai parar essa pesquisa “quali” ou se essa pesquisa que já existe aí, que é a “quanti”, que veio de cima para baixo, das instituições que estão nas nossas comunidades, se é esta que vai valer. E a nossa pesquisa, a nossa pesquisa afetiva, ouvir esses jovens, ouvir a voz deles? Porque eles falam por eles! Eles não precisam mais que ninguém fale por eles, eles mesmos falam por si mesmos. Então, essa é a minha colocação.

Também quero colocar aqui uma coisa que é importante, que nós também na FAFERJ vimos fazendo: a gente conseguiu dar início, no mês passado, a uma pesquisa “quali”, essa pesquisa afetiva da qual eu falo, que a gente chama de *Desenrolos da Juventude Negra de Favela*. O que é “desenrolo”? Desenrolo é exatamente isto que a gente precisa fazer: desenrolar com eles. O que eles querem: é falar a linguagem deles. E isso é o que nós não estamos fazendo. Na verdade, a CPI não desenrolou com essa juventude. Eu quero dizer isto: a CPI não desenrolou com essa juventude. Precisa desenrolar, precisa desenrolar!



Se esse desenrolo não acontecer, meu querido, vai ser mais uma vez uma CPI — eu espero que não — que pode acabar em pizza. E aí a gente precisa pensar junto de que forma se pode dar a participação dessa juventude dentro desse contexto, no desenrolo.

Eu não posso deixar de dizer aqui que fui convidada, pois, como o meu Presidente enfartou na quarta-feira, ele não pôde estar aqui. Eu vim representando-o. Mas uma coisa que me incomoda muito, que está me incomodando mesmo, é estar sentada nesta mesa e não ver os meus pares nesta plenária. Estou vendo alguns, mas quem deveria estar aqui, de verdade, não está. Eu não sei como é que isso se deu, mas eu gostaria muito de desenrolar isso com a CPI, que nós pudéssemos desenrolar isso de uma forma eficaz e efetiva.

Quero dizer também que nós precisamos dar um basta nessas mortes, no que está acontecendo com a juventude negra. Eu tenho um filho negro que sofre a todo momento, na vila em que moro, na comunidade em que moro, esse tipo de assédio imoral — porque isso é um assédio imoral — da Polícia Militar aqui no Rio de Janeiro. Quero também dizer que precisamos dar um basta nessa matança de pretos e pretas.

E quero de novo reiterar a minha fala de que a gente precisa desenrolar. Esta é a nossa linguagem, esta é a linguagem da favela! A linguagem da favela é esta: é desenrolo! (*Palmas.*) Ou a gente desenrola, para ter uma participação efetiva, para que a coisa de fato aconteça; ou, então, eu não sei como é que isso vai se dar.

A minha fala é curta, eu não tenho muito que dizer, a não ser “desenrolar”. Vamos desenrolar! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sra. Lenilda Campos. Posso dizer, Sra. Lenilda, que a CPI está aqui louca para enrolar, para desenrolar e enrolar com a juventude negra. Nós estamos aqui para realmente ouvir, para estar juntos, encontrar caminhos.

Inclusive, eu acho que o País é muito grande, e um dos consensos que se está criando na CPI é que, quando se trata do tema segurança pública, o Estado não quer desenrolar, o Estado quer isolar parte dos iluminados, daqueles que trabalham com o tema segurança pública, como se eles fossem donos da verdade e só eles pudessem debater. E quando eles vão debater com quem pensa o contrário,



infelizmente não estão educados para ouvir o contraditório. Por isso é tão radicalizado este debate.

Hoje nós tivemos uma experiência rica no Morro do Alemão, em que estavam todos, inclusive o Chefe do Gabinete do Comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Por quê? Eles têm que aprender a ouvir, a ouvir opiniões diferentes!

Então, um dos grandes desafios que estará colocado, ao término desta CPI, é que se possa de fato transformar este debate no rol das demais políticas públicas. Nós não discutimos educação todos os dias? Nós não discutimos saúde todos os dias? Nós não discutimos assistência social? E todos não participam do debate? Então, nós também queremos que todos participem do debate sobre segurança pública. Não temos que desprivatizar o debate em relação à segurança pública. Por isso estamos pensando em algumas emendas à Constituição, em obrigadoriedades aos entes da Federação. Os entes pedem muito dinheiro, mas, às vezes, não abrem espaço à participação.

Eu acho que deve, sim, haver um novo sistema compartilhado sobre segurança pública, mas nós também temos que obrigar que os Municípios e os Estados construam a concepção e a política de segurança pública com o povo, porque a vida pulsa na rua, com as pessoas, com todos, não só com quem trabalha com segurança pública. Então, nós queremos aproveitar que a Tia Ju e a Martha Rocha estão aqui para dizer que fizemos esse apelo ao Deputado Marcelo Freixo.

Eu acho, sim, o Brasil muito grande. Para fazer uma política efetiva e eficaz, como está sendo cobrado aqui, é importante que todas as Assembleias Legislativas possam instalar uma Comissão Especial para estudar o tema (*palmas*), porque nós vamos, evidentemente, tomar ações, vamos mexer na Constituição, vamos dar obrigadoriedade aos Estados e aos Municípios, vamos elaborar um plano de metas, do ponto de vista preventivo e do ponto de vista de redução de homicídios no Brasil, mas é importante que cada Estado faça o seu recorte e a sua pactuação com todos os seus Municípios.

É evidente que, se isso não ocorrer, o que vai acontecer aqui? Nós estamos hoje aqui, estamos fazendo um evento, mas esse evento não vai se transformar num movimento a favor da eliminação da violência contra jovens negros e pobres.



Então, eu faço um apelo aqui a todos os representantes de movimentos e faço um apelo aos Deputados no sentido de que venham à Assembleia Legislativa e instalem uma Comissão. Se não quiserem uma CPI, ao menos instalem uma Comissão Especial para elaborar o seu plano estadual. E que isso possa dar visibilidade a outras Câmaras Municipais para construírem também um programa democrático de segurança pública que envolva toda a sociedade.

Então, esse é o nosso olhar, Sra. Lenilda Campos, em relação ao trabalho feito. Vocês podem ter certeza de que não haverá pizza. A esta CPI nós vamos entregar um conjunto de prerrogativas que são do Poder Legislativo. É bom dizer isso, porque, às vezes, as pessoas confundem os Poderes. E o que são prerrogativas do Poder Executivo nós também vamos, com muita coragem, independente de quem governe o País, se é do meu partido ou contrário a ele, entregar as indicações, na forma de indicações, porque algumas ações são do Poder Executivo. Mas eu tenho certeza de que o conjunto de Deputados que está hoje aqui acompanhando é muito dedicado. Aqui no Rio de Janeiro há vários Deputados que não vão aceitar, de forma alguma, que não haja um relatório, que não haja proposições, como também a nossa Relatora Rosangela Gomes, do Estado do Rio de Janeiro.

Todas as proposições que forem fruto desse debate serão matérias legislativas. Não haverá nada de censura, nada de constrangimento, porque é Governo A, Governo B, Governo C. Pelo contrário, o único compromisso que nós temos é realmente com o Estado de Direito para todos, sem nenhum tipo de preconceito, e fazendo justiça a quem é vítima de preconceito, que são os pobres e os negros neste País. *(Palmas.)*

Quero convidar também o Sr. Daniel Peres, da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro — ACTERJ, a compor a Mesa conosco aqui. Obrigado pela presença. *(Palmas.)*

Falaram duas mulheres; agora, um homem. Então, vamos fazer a cota aqui: 50 a 50. Como dizem lá em Minas, a política tem que ter paridade. Tem que ser igual a mineiro, quando diz: *“Meio a meio, e tá muito bom, né?”*

Então, passo a palavra ao Dr. Marcelo.



O SR. MARCELO DIAS - Boa tarde a todos! Quero parabenizar o Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta CPI. Quero agradecer à Deputada Benedita da Silva por ter me indicado para participar desta audiência pública. Quero saudar a nossa querida Rosângela Gomes — permite-me falar assim, Deputada? —, que nos ajudou muito a construir o Plano de Promoção de Igualdade Racial deste Estado, o primeiro Estado a construir o seu plano estadual, com o seu apoio. (*Palmas.*) Quero saudar o nosso querido Jean Wyllys. Tenho compartilhado muitas de suas posições postadas no Facebook — eu compartilho muito. Parabenizo V.Exa. pelo seu compromisso com essa luta contra todo esse retrocesso de direita reacionária que estamos vendo dentro do Parlamento. Quero saudar aqui a nossa Deputada Erika Kokay. Eu acompanho também o seu trabalho, apesar de não conhecê-la pessoalmente. Cumprimento também o Paulão, do PT de Alagoas.

Quero saudar a nossa Martha Rocha, que, quando foi Chefe da Polícia Civil, fez um trabalho também muito importante para a nossa Superintendência de Igualdade Racial, criando um grupo de trabalho com a Superintendência, a Secretaria de Direitos Humanos e a Polícia Civil, para debater as questões da violência contra o povo negro no nosso Estado. Publicou, no boletim da Polícia Civil, em junho do ano passado, uma lei estadual que obriga as delegacias a registrar os casos de racismo, uma lei antiga que não era cumprida. A atual Deputada Martha Rocha, quando Chefe da Polícia Civil, publicou no boletim da Polícia Civil essa lei.

Então, eu quero saudá-lo, Deputado Reginaldo Lopes, pela coragem de ter dado a esta CPI o nome de “Violência contra Jovens Negros”, porque neste País se fala muito em violência contra a juventude, mas se esconde que as vítimas dessa violência são os jovens negros, que 75% dos jovens que estão sendo assassinados são jovens negros.

E a nossa OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro, tem feito um trabalho muito sério nessa área. No ano passado, nós fizemos dois seminários para discutir a violência contra jovens negros. Nós temos a honra de ter cerca de cinco ou seis jovens advogados negros e advogadas negras participando da nossa Comissão.

O nosso colega Bruno Candido está criando um grupo de trabalho para discutir, dentro da nossa Comissão, a violência contra a juventude negra. Já fez



algumas reuniões, esteve reunido com o Comando da Polícia Militar recentemente, tem conversado com os grupos de jovens negros que lutam contra a violência aqui no nosso Estado.

Então, é realmente um ato de coragem nós termos esta CPI como um espaço inclusive para se contrapor à PEC que discute a redução da maioridade penal. (*Palmas.*) Esta Comissão tem que se contrapor àqueles Deputados de direita, àqueles Deputados que pregam a redução da maioridade penal para resolver a situação de criminalidade neste País, que nós sabemos ser fruto do abandono que vive o nosso povo.

No ano passado, no mês de julho, eu fui a uma unidade em Belford Roxo — eu nem sei qual é o nome daquela unidade, é de... — que trata dos meninos em situação de risco. É o DEGASE, né? Eu estive lá. Dizem que é uma escola, mas uma escola que tem um muro de 4 metros ou 5 metros de altura, então parece mais uma prisão. E, Deputado Jean Wyllys, há mais de 200 jovens naquela unidade.

Nós fizemos lá um evento sobre o passinho. Tivemos que dividir a garotada em duas alas, porque eram de facções diferentes. Não podiam aquelas crianças de 14 anos, 15 anos e 16 anos conviver juntas. Deputada Benedita, vá lá fazer uma visita: 90% são negros, 90% são negros! A nossa juventude está assim, jogada nesses espaços, Deputado Reginaldo.

Então, eu quero dizer que esta CPI tem um papel muito importante a cumprir. Nós recebemos, no ano passado, em outubro, lá na nossa casa, a OAB, a Deputada Benedita, com um conjunto de Deputados, que foi lá discutir conosco a questão dos direitos humanos, a questão da violência contra a população negra e depois esteve aqui na Assembleia Legislativa com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

E a nossa casa, Deputada Benedita, Deputado Reginaldo, Deputada Rosângela, a nossa casa, a OAB, está aberta, porque a OAB, nos últimos 8 anos, desde que o nosso colega, que agora vai ser colega de vocês também, o ex-Presidente da nossa casa e Deputado Wadih Damous, tomou posse, nós criamos, dentro daquela casa, várias Comissões que lutam em defesa dos direitos dos setores excluídos e marginalizados neste País. Nós criamos, Deputado Jean Wyllys uma Comissão para trabalhar a questão da homofobia — a OAB do Rio tem essa



Comissão. Nós criamos uma Comissão de Igualdade Racial, que fez 5 anos agora em março. É uma Comissão nova; três ou quatro OABs em todo o Brasil têm esse tipo comissão. Nós criamos a Comissão para discutir a questão da intolerância religiosa. Então, a OAB do Rio está sendo vanguarda nesse debate em defesa dos direitos humanos.

Nós queremos dizer que a nossa Casa está aberta àqueles que lutam contra a violência, contra o extermínio. Como diz a juventude — eu evito usar este termo, mas sou muito cobrado pela juventude negra, que tem razão em usá-lo —, o que nós estamos vivendo aqui é um genocídio da juventude negra — é um genocídio da juventude negra!

Eu estava conversando ali com a minha irmã de longa data, de longas décadas, a Neusinha, e com a Clátia, e elas estavam dizendo: *“Marcelo, qual é a assistência que têm essas meninas de 16 anos, 17 anos, 18 anos, que têm filhos pequenininhos e já são viúvas, porque os seus namorados, seus maridos estão sendo assassinados dentro das comunidades carentes?”*

É na Mangueirinha que a polícia vê um garoto, um jovem negro, brincando, correndo com um celular na mão, e o assassina. É no Alemão que um menino de 10 anos, 10 anos, ganha um tiro de fuzil. Mas, quando o problema é com a juventude branca, Deputado Jean Wyllys, acontece o que nós vimos aí. Alguém falou aqui do que a grande imprensa faz. Nesta semana, Flávia Oliveira, grande jornalista, negra, fala do estigma da grande imprensa com relação à juventude negra. Dois ou três jovens brancos foram presos com quase 300 quilos de cocaína na Zona Sul, e está lá a manchete: *Jovens de classe média pegos com 300 quilos de cocaína*. Se forem três jovens negros, com 3 quilos ou 300 gramas: *Perigosos traficantes...* É essa a manchete. É isso que a grande imprensa faz com a nossa juventude negra. *(Palmas.)*

Então, eu quero aqui parabenizar esta CPI.

Nós estamos fazendo um trabalho muito sério. Nós conhecemos a realidade da nossa juventude negra. Há 2 meses, a gente conseguiu tirar da cadeia o jovem Hércules Menezes, mais novo do que o Bruno. Ele ficou 1 ano preso, 1 ano, acusado de ter assaltado um advogado, um colega meu, na Pavuna. Ficou 1 ano preso. Tinha carteira assinada, era casado, a esposa estava grávida, o neném



nasceu quando ele estava preso, a mulher o largou, se separou dele — parece que agora estão voltando a se entender —, tinha residência fixa, enfim, todos os requisitos para responder em liberdade.

Levamos a foto do verdadeiro assaltante, Deputado Reginaldo, Deputada Benedita. Eles parecem irmãos gêmeos. Nós pegamos a foto do verdadeiro assaltante, lá do Morro do Chapadão — quem mora no Rio sabe como está a situação lá —, e a levamos, junto com a foto do Hércules, para o Juiz, e a Promotora disse: “*Não, não aceito, tem que botar os dois juntos, tem que ser...*” A Promotora ficou 1 ano negando a liberdade do garoto. Agora ele foi libertado, e a gente vai dar-lhe assistência, para entrar com uma ação contra o Estado.

Vinícius Romão, famoso porque fez uma ponta na *Globo*, ficou preso então somente 16 dias, porque era global. A Polícia Civil aqui no Rio é assim, deve ser igual em todo o Brasil: é negro, prende. Prende, joga na cadeia — jogou lá em São Gonçalo. Ficou 16 dias preso o jovem Hércules Menezes.

A Mirian ficou presa, lá em Fortaleza, 1 mês. Os brancos que prestaram depoimento foram soltos na mesma hora, imediatamente, e a jovem Mirian França ficou 1 mês presa, e faz mestrado, aliás, doutorado na UFRJ. Nada disso serviu como atenuante. Essa é a realidade da nossa juventude.

Parabéns, então! Contem com a Comissão de Igualdade Racial da OAB, contem com a nossa casa, para nós fazermos esse contraponto aos Bolsonaros da vida, a esses Deputados que querem jogar (*palmas*) a reponsabilidade da violência neste País contra os meninos de 15 anos, 16 anos que são negros.

Muito obrigado, e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dr. Marcelo.

Passo a palavra para à Sra. Neusa das Dores Pereira, Diretora-Executiva da entidade Coisa de Mulher.

A SRA. NEUSA DAS DORES PEREIRA - Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, Deputados, autoridades e familiares. Cumprimento em especial o Deputado Jean Wyllys. Obrigada pelo convite.

Minha fala hoje — e eu estou muito emocionada com elas — é mais dirigida a essas três mulheres que estão sentadas à minha frente. O meu trabalho é com mulheres. Eu tenho certeza de que, se fizermos um levantamento da vida da



Deputada Benedita, da vida da Clátia, porque conheço um pouco da vida das duas, e da minha vida, veremos que nossas histórias são idênticas. Todas nós já passamos por isso.

No ano em que eu entrei no Instituto de Educação, feliz da vida, porque seria professora, o meu irmão foi assassinado. E eu não fui ao enterro do meu irmão; minha mãe não deixou, porque era muito zelosa comigo: *“Não, você não vai porque eu não quero que o seu rosto seja visto”*. E eis que anos depois eu estou aqui vendo vocês na minha frente.

Antes de começar propriamente, eu quero lembrar que existe o art. 227 na nossa Constituição. Permitam-me lê-lo, rapidinho, ele é pequeno.

Ele diz assim:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Está na nossa Constituição. Isso é obrigação, isso não é favor. E hoje, mais uma vez, quem assistiu ao jornal da manhã viu, de novo, aquela cena das crianças correndo e assaltando no meio da cidade. E um sujeito, bastante arrumado, com terno, diz assim: *“Nós não podemos fazer nada”*.

Nós vamos fazer o quê? Não estou falando de ECA, não. Eu estou falando de direitos internacionais das crianças. Eu estou falando de marcos legais, de normas e leis internacionais de que o Brasil é signatário. Há marcos legais que dizem que, quando o direito de um jovem, um adolescente é violado, toda a sociedade é responsável por aquela violação. Toda a sociedade! Quando uma criança não vai à escola... *“Ah, cadê a mãe?”* Não é a mãe, é o conselho tutelar, é a escola, é a polícia, é a Justiça, é quem quer que seja responsável pelo cumprimento disto aqui. E, quando você conserta a situação de uma criança, não está consertando só a



dela, está consertando a situação de todo o entorno, de toda a comunidade em que essa criança, ou esse adolescente, está presente.

Não dá mais para a gente continuar essa história de que não pode fazer nada. A gente tem que poder fazer alguma coisa! É obrigação deste Estado. A gente tem que colocar isso na conta deste Governo, na conta dos Parlamentares, na conta dos operadores de Direito deste País.

Mas me permitam fazer uma fala para as mulheres. Se, a cada 2 horas, 7 jovens negros, de 15 a 29 anos, são assassinados no Brasil — esse é um dado do marco legal —, são 82 por dia e 30 mil por ano. Fazendo aquela conta que Clátia pediu, foram 600 mil há 20 anos. Clátia, 600 mil foram mortos nessa época.

Eu quero me dirigir a um segmento que fica escondido em todo esse debate, que é o segmento das viúvas, das jovens viúvas, das mães. Esse segmento fica invisível na nossa sociedade. Uma vez viúvas, as mulheres, em muitos países, e no Brasil também, enfrentam situações degradantes. Essas viúvas, na maioria das vezes, são expulsas de sua casa e abusadas física e sexualmente, são mortas ou estigmatizadas. São as chamadas mulheres de malandro, mulheres de vagabundo. Essa mulher perde a sua essência de mulher. *“É mulher de vagabundo, é mulher de malandro, não vale nada”*. Ela fica estigmatizada por toda a sua vida. Seus filhos, que são afetados emocional e economicamente, ficam de qualquer maneira.

Há um documento da ONU — é da ONU este documento, e o Brasil não pode ignorá-lo, porque é signatário dele — que diz:

“A escassez de dados fiáveis continua a ser um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de políticas” — escassez de “dados”, e não “dado”, é um dado; a gente não pode esquecer em nenhum momento que a falta de dados é um dado — “e programas para enfrentar a pobreza, violência e discriminação sofrida pelas viúvas. Há uma necessidade de mais pesquisas e estatísticas desagregadas por estado civil, sexo e idade, a fim de ajudar a revelar a incidência dos abusos à viúva e ilustrar a situação das viúvas. Além disso, os Governos devem tomar medidas para cumprir os seus



compromissos para garantir os direitos das viúvas, tal como consagrado no direito internacional, incluindo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção sobre os Direitos da Criança. (...) Os programas e políticas para acabar com a violência contra as viúvas e seus filhos, redução da pobreza, educação e outras formas de apoio às viúvas de todas as idades também precisam ser realizadas (...). Empoderar as viúvas através do acesso aos cuidados de saúde adequados, educação, trabalho decente, a participação plena na tomada de decisões e na vida pública e vida livre de violência e abuso, lhes daria a chance de construir uma vida segura após o luto. Importante para criar oportunidades para as viúvas e também pode ajudar a proteger seus filhos e evitar o ciclo intergeracional da pobreza e privação.”

É uma coisa que eu tenho falado em alguns espaços, mas tem caído no vazio, porque, de novo, em nosso País, quando se fala de mulheres... “Ah, deixa pra lá! Ainda mais mulher preta, mulher pobre, mulher favelada. Deixa pra lá!” Ela é culpada, ela não cuidou bem da criança, ela não fez o seu trabalho de mãe. Agora, ninguém pergunta o que essa mulher está fazendo. Na maioria das vezes, ela está trabalhando na casa de outra pessoa, ganhando 500 reais para tomar conta dos filhos dessa pessoa. Eu moro em Copacabana e lá é muito comum você ver essas mulheres empurrando carrinho de garotos deste tamanho, que já podiam caminhar, mas estão no carrinho, e o filho delas está sozinho lá na favela. Isso, quando existe essa mãe.

Mas nenhuma criança está sozinha no mundo. A gente tem que ver a situação das crianças, e mais, a situação das mulheres que são responsáveis por essas crianças. Cuidar das jovens viúvas, cuidar das viúvas de qualquer idade, cuidar das mulheres é cuidar de um país, é cuidar de uma nação. Quando você educa um homem, você pode educar uma família, mas quando você educa uma mulher, e elas estão aqui, você educa um país, você educa toda uma comunidade.



Por favor, eu não gostaria que esta CPI deixasse de fazer essa recomendação que para nós é muito cara, bastante cara.

É só isso. E desculpem-me, porque eu estou emocionada.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, D. Neusa.

Eu estava focando aqui com a Relatora: uma das proposições que talvez a CPI tenha que pensar — e eu acho que vale depois os Deputados que estão aqui provocarem uma audiência na Câmara — seja nesse sentido: como haver reparação de dano às viúvas, às mães. Eu acho que é fundamental para a proteção da criança, do filho, romper, porque, senão, vamos reproduzir mais violência. Ou seja, eu brinquei com a Rosângela que se mais caro ficar para o Estado, talvez isso convença as elites brancas a não matar mais. Mexer no bolso talvez mexa um pouco com a consciência.

A SRA. NEUSA DAS DORES PEREIRA - Numa fala que eu fiz algum tempo atrás: *“Ah, mas tem indenização!”* Mentira deslavada! Sabemos que essa indenização nem sempre chega a essas pessoas, mas não estou falando de indenização, não, estou falando de algo muito maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - De reparação.

A SRA. NEUSA DAS DORES PEREIRA - Não estou falando de indenização, não. Deram 100 reais para a família do Amarildo, e botaram o seu filho dançando num programa de sexo ali. Não está reparado, não, porque a perda de um ente querido, a perda de um filho, a perda de um pai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É imensurável.

A SRA. NEUSA DAS DORES PEREIRA - É imensurável. Não tem preço, não existe indenização que dê jeito. Mas concordo que mexer no bolso vai ajudar muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na verdade, essa questão de modelo de indenização pressupõe uma capacidade de empreender, investir. Eu também sou extremamente contra isso. O que as pessoas precisam é renda para garantir a continuidade da criação da família e dos filhos. Eu acho o modelo de indenização um modelo extremamente malsucedido nas políticas



públicas, do que eu conheço. Posso estar falando aqui de algo que não me aprofundei tanto na interpretação, mas todas as políticas nesse sentido não foram muito positivas.

Quero passar a palavra para o próximo convidado, Sr. Daniel Péres, representante da Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro — ACTERJ.

O SR. DANIEL PÉRES - Boa tarde, senhores! Gostaria de agradecer à Deputada Rosângela Gomes, a articulação do Deputado Jean Wyllys de garantir a fala da ACTERJ aqui. Tia Ju nos conhece muito bem. O Presidente da ACTERJ é o Juarez Marçal Filho, do Conselho Tutelar do Centro do Rio, negro; o Vice-Presidente é o Danilton, que é de Laje do Muriaé, negro também. São militantes assíduos, e eu sou um dos diretores, vim representar o Juarez, que está agora numa capacitação aqui no Rio também, mas está longe, não poderia chegar.

Essa é uma briga que vale a pena brigar. Tivemos um evento no Ministério Público recentemente sobre direitos humanos. Tivemos a honra de receber uma das pessoas que fala sobre comunicação não violenta, o Dominic Barter. Às vezes, a violência é demonstrada na necessidade de a pessoa ter algo para falar, ter algo para brigar.

E esse movimento aqui é para quem é apaixonado. Defender direitos humanos é para quem tem paixão por isso, porque é uma briga que você enfrenta contra o mundo. Existe o estigma dos defensores de direitos humanos, que já são malvistas. Em qualquer situação que acontece, qual é a fala? E, agora, por que não chama aquele pessoal dos direitos humanos, aquele pessoal dos direitos humanos? Por que não chama aquele pessoal para apaziguar esses conflitos e tal?

A Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro, os Conselhos Tutelares lidam com a demanda da violação de direitos na ponta. Quando uma mãe tem um filho, um direito violado, o primeiro lugar que ela pensa em ir, via de regra, é ao Conselho Tutelar.

E eu gostaria de exaltar a fala da companheira Clátia, que foi muito feliz quando disse que o Estado, muitas vezes, se omite nas políticas públicas e depois cobra, depois quer extirpar, quer tirar do meio, quer fazer uma higiene social.



Quem viu a entrevista no *Fantástico* ontem? Quem viu a reportagem sobre os conselhos tutelares, ontem, no *Fantástico*?

Isso é a amostra clara de que não se dá estrutura, que se deixa a cargo do Governo municipal a responsabilidade de dar estrutura aos conselhos tutelares, e ele não o faz.

Qual é o público dos conselhos tutelares? Setenta por cento do público dos conselhos tutelares são compostos por quem? Por pobres, por negros, têm cor e têm classe social.

Se nós precisarmos levantar uma estatística, até para esta CPI, do público dos conselhos tutelares dos 92 Municípios do Rio de Janeiro, esse é o público que chega ao conselho tutelar e tem o direito violado. Ele vai procurar a delegacia, que tem essa visão direitista, essa visão da redução da maioria penal? Não é contra nenhum órgão, mas é o que o companheiro falou: está institucionalizada essa violência.

Então, a gente agradece a garantia desta fala da Associação, que pede toda a crítica, porque o Estado não dá estrutura nem salário para funcionar. Todo mundo viu a reportagem hoje. Aquela é a realidade, para que a própria sociedade se volte contra si mesma. É a própria sociedade que depois aponta a falha dos conselhos tutelares que, via de regra, têm maus e bons profissionais em todos os lugares. Isso acontece em todo lugar, mas são defensores de direitos humanos de criança e adolescente, são os que vão brigar com um policial ou com uma instituição, quando se está fazendo uma revista vexatória, quando se está colocando em situação de constrangimento.

O art. 227 da Constituição, mencionado pela companheira, foi repetido no art. 4º da lei federal. No Brasil é assim: está na Constituição, mas é preciso criar mais uma lei federal, depois se cria uma resolução, depois se faz uma lei municipal, e nada é cumprido.

Esse artigo é repetido no art. 4º da Lei nº 8.609, de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. E o art. 4º diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade... Essa absoluta prioridade começa a ser desgarantida, se é que eu posso usar esse neologismo, nos conselhos tutelares pela falta de estrutura, pela segurança que não



se garante, e isso se reflete na rede inteira. Se você tem um órgão para garantir as instituições, as associações que vão encaminhar a denúncia da violação de direito, e, ao chegar, na ponta, ele não tem estrutura para trabalhar, não vai funcionar. É feito para não funcionar.

Uma vez o Dr. Carlos Nicodemos, hoje Vice-Presidente do CONANDA, em um fórum em Quatis, disse isso. Disse que parece que há órgãos que são feitos para não funcionar propositalmente — propositalmente —, para que se alastre, para que a violação de direitos continue, e a própria sociedade, depois, aponta que não está funcionando, não trabalha, não faz nada, mas ela não sabe quem é o responsável por dar estrutura, quem tem que garantir o direito. Parece uma coisa pensada, quase maliciosa.

A Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro tem fóruns trimestrais, e é a única associação do Brasil que tem fóruns trimestrais, rotineiros. O último aconteceu no Município de Comendador Levy Gasparian. Também houve o CONGRESSUDESTE, que reuniu, recentemente, em Penedo, representantes de quatro Estados. A discussão é sempre a mesma, e é sempre o mesmo público: são pobres, são negros, são pessoas que têm cor, têm classe. Você pega lá 10%. Ah, é um racismo invertido? Não, é a realidade da política pública. Então, nós mesmos, inclusive os defensores de direitos humanos, precisamos abrir os olhos.

O colega disse que compartilhou da rede social do Deputado Jean Wyllys e, esses dias, nós compartilhamos, numa *fan page* em que falam conselheiros e canais que militam nessa área da Deputada Erika Kokay. A gente compartilha, porque é um grupo tão pequeno de apaixonados, que, se não tiver o sangue no olho para brigar, para não desistir, essa coisa não vai para frente, e a gente vai ser vencido. Eu acho que eu já me exaltei um pouco aqui, e acho que isso é a nossa paixão.

Acontecerá agora o 8º CONGRESSUL, em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, e muito dessas coisas será discutido lá. A gente vai estar lá, a ACTERJ vai estar lá, e é com essa paixão que a gente está querendo incendiar o coração desses defensores, porque, às vezes, a gente fica oprimido na nossa cidade.

Quando a gente vem para a capital — e eu encerro a minha fala aqui —, parece que se une aos colegas. Quando o camarada vai para a cidadezinha dele, às



vezes, fica lá sozinho, vendido, o poder público vem em cima. E essas falas, parece que é o senso comum da sociedade que vence, e não é, elas acabam vencendo, a gente precisa reanimar essa paixão, esse sangue no olho de lutar por políticas públicas, de lutar para que a coisa aconteça. Isso precisa de muita briga.

Eu sei que eu fui meio prolixo aqui, mas é o coração de quem ama a causa, de quem é apaixonado.

A Associação se coloca à disposição também para ceder dados e para somar nesta CPI.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Daniel Péres, representando muito bem a Associação de Conselheiros Tutelares.

Agradeço a todos — Daniel, Clátia, Neusa, Bruno, Lenilda e Dr. Marcelo — pela contribuição à Mesa.

Vamos agora passar para uma segunda etapa.

São nove inscritos. E também quero aproveitar para iniciar pelas falas.

Quero convidar os Deputados para comporem a Mesa e também fazerem uma fala inicial. Depois, nós vamos passar a palavra para os demais inscritos.

Então, quero convidar para compor essa etapa, para ouvir o Plenário, a Deputada Benedita da Silva, a Deputada Erika Kokay, o Deputado Paulão, o Deputado Sóstenes Cavalcante, o Deputado Jean Wyllys, a Deputada Rosângela Gomes já está aqui conosco.

Estão também presentes duas Deputadas Estaduais: Martha Rocha e Tia Ju. *(Pausa.)*

Vamos dar início à segunda parte da audiência.

Temos nove inscritos. Cada orador disporá de 3 minutos.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys, para fazer a primeira intervenção.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Boa tarde a todas e a todos vocês.

Eu estou falando primeiro porque vai acontecer agora, no plenário da ALERJ, uma audiência pública da Comissão de Reforma Política, da qual fazemos parte o Deputado Chico Alencar e eu. A audiência está marcada para 17h30min, e eu já deveria ter chegado lá. Por isso eu vou falar e vou me retirar depois da fala, mas as pessoas do meu gabinete estão aqui e continuam nessa audiência.



Quero pedir desculpas a vocês, mas um assunto está relacionado ao outro. O trabalho da CPI, que tem como objetivo investigar a morte, o extermínio, ou o genocídio — seja lá qual expressão que a gente use — da juventude negra, tem uma relação direta com a discussão da reforma política, porque várias falas, na Mesa anterior, trataram de representação e de empoderamento. Então, são assuntos que são correlacionados e dos quais a juventude negra e os representantes da comunidade negra têm que fazer parte do debate em torno da reforma política. Isso é fundamental.

Eu vou fazer alguns comentários acerca das falas que foram feitas aqui antes.

Quando o Bruno diz assim: *“Eu vou me despir do papel de representante da OAB para falar como jovem negro”*, ele não tem noção do quanto contribui para esse debate, porque traz aqui uma representação diferente da juventude negra. É um homem negro, jovem, inteligente, empoderado, que está falando aqui como presença, como existência, como contraponto de uma realidade, que é a realidade da maioria dos negros brasileiros. Então, o Bruno traz aqui uma possibilidade, uma promessa, uma potência, que vem sendo abortada pelas atuais políticas de segurança pública.

A Lenilda fez a fala mais pessimista de todas aqui, uma fala cética — não sem razão o ceticismo dela — em relação ao que é feito pelo Congresso Nacional, em relação ao que é feito pela ALERJ, embora não feito nenhuma menção à ALERJ. Mas ela traz uma fala pessimista, cética em relação à CPI.

A Lenilda e a Clátia talvez não tenham uma ideia do embate que foi, naquela Casa de 513 Deputados, a gente montar, instalar a CPI. Esta CPI é fruto de uma briga, de um debate lá para que a gente a instalasse.

Então, a gente não pode, já no início do trabalho desta CPI, menosprezar a CPI dizendo: *“Olha, vai dar em pizza”*. Não, não vai dar em pizza. A própria existência dela é fruto já de uma batalha vencida, porque havia forças naquela Casa que não queriam que esta CPI fosse instalada. Há forças naquela Casa contrárias ao reconhecimento de que é a juventude negra que está morrendo pelas políticas de segurança pública no Brasil em curso no Brasil.

Então, a CPI tem como objetivo, claro, ouvir os representantes da comunidade negra. Eu quero dar valor à representação; eu quero dar valor à



representação. Cada pessoa que a gente convida... a gente convida porque acredita que essa pessoa está investida do papel de representante de uma comunidade. É bacana desenrolar com a comunidade. A gente quer desenrolar, mas a gente começa desenrolando através dos representantes. Porque a gente tem que se perguntar também por que a comunidade, com a qual a gente quer desenrolar, não está presente aqui. E ela não está presente aqui por preconceitos em relação à política. E esses preconceitos têm a ver com o fato de ela ter sido alijada do direito à educação de qualidade, certo? Ela não está presente aqui porque ela está preocupada com coisas mais diretas na vida dela, como comer, como trabalhar, como a renda. É por isso que ela não está presente aqui! Então, por isso, neste primeiro momento, apostamos nos representantes e acreditamos que os representantes cumprirão um papel multiplicador, de trazer essas demandas para esta CPI.

No mundo ideal, nós gostaríamos que esta sala estivesse lotada de jovens negros, mas os jovens negros estão impregnados de representações e de valores sobre si mesmos que os afastam daqui. E essa é uma etapa que a gente tem de enfrentar, que é importantíssima.

O Marcelo traz a questão da ampliação do estado penal a partir da pauta da redução da maioria penal. Quer dizer, a gente está vendo no Congresso Nacional várias propostas que ampliam o estado penal, que ampliam penas. Houve uma proposta recente aqui que a gente conseguiu derrotar, a que queria transformar em crime hediondo uma lesão a policiais. Quer dizer, considerava crime hediondo qualquer crime cometido ou lesão corporal contra policial.

Não dá para aprovar um negócio desses. Agora, essa batalha é uma batalha difícil. A gente não os derrotou com muita facilidade. A chamada “bancada da bala”, que reúne os representantes das polícias e da indústria armamentista está empoderada lá. Eles têm muita força, força numérica inclusive. É lamentável que a redução da maioria penal seja defendida por segmentos da população que serão diretamente atingidos pela redução da maioria penal. Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Toda postagem que eu faço nas minhas redes sociais, ou qualquer fala pública minha em que eu digo que sou contra a redução da maioria penal,



porque apenas 0,13% dos crimes contra a vida têm participação de menor de idade, ou seja, é irrisório, não justifica a redução da maioridade penal, embaixo, nos comentários, vem uma sorte de ofensas e de ataques contra mim que não parte da elite branca; parte dos negros pobres, infelizmente, que, bombardeados diuturnamente por uma representação nas mídias, acabam convencidos de que a solução para o problema é encarcerar pessoas, ainda que os encarcerados sejam eles mesmos. Lamentavelmente! Mas isso tem a ver com representação, tem a ver com a Rede Globo fazer uma matéria mostrando um senhor esfaqueado por menores no centro do Rio de Janeiro, e um jornalista escrever, logo depois, que o Rio de Janeiro precisa de um novo massacre da Candelária. Escreveu isso, lamentavelmente.

Então, quer dizer, as pessoas bombardeadas por essas representações da violência que culpam os menores vão demandar por redução da maioridade penal. O que é estatística, apresentar estatística, como nós fazemos, dizer: *“Olha, gente, não justifica, porque crime contra a vida, que é o pior dos crimes, os menores participam apenas em 0,13%. Então, não justifica”*. Mas aí vem o “Bolsomito” (*risos*) — para usar a expressão com que os seus asseclas e seguidores o tratam nas redes sociais — e diz o seguinte: *“Champinha — aí traz o exemplo de Champinha — matou dois adolescentes”*. Aliás, eu lembro muito bem da manchete do jornal nesse episódio. O título era: *“Menor mata adolescentes”*. A categoria adolescente não ficou para gente preta e pobre. Adolescente é branco. Pobre negro é menor. Da mesma maneira que a categoria infância não ficou para os negros pobres. Mas o discurso do “Bolsomito” é o que pega, porque a estatística não pode nada contra os casos que são trazidos pelos meios de comunicação.

Então, a gente tem que pensar também... O Movimento Negro tem que pensar em evocar mesmo, trazer as histórias de vida, as narrativas. Deixem as mães dos que tombaram falar, trazer a sua dor, para identificar. Isso é fundamental. (*Palmas.*)

E por fim, por fim mesmo, dialogando com a fala de Neusa... Neusa falou de uma face da violência institucional contra a população negra, que é a situação das viúvas. Mas eu diria mais: há uma face da morte da juventude negra e pobre que também está oculta, que é a prática do aborto clandestino por mulheres negras



pobres. A primeira causa de morte entre mulheres negras é o aborto. *(Palmas.)* Isso também é morte da juventude negra.

A gente precisa discutir políticas sérias de direitos sexuais e reprodutivos. Nós precisamos considerar a situação dessas meninas que não contam com o serviço de saúde para interromper uma gravidez indesejada e, por isso, morrem na prática de aborto clandestino em casa ou em açougues, porque nós não temos a coragem de discutir o aborto como uma questão de saúde pública. Ficamos no discurso moral, moralista e hipócrita, porque nenhuma mulher deixa de abortar quando quer. Não tem lei que proíba isso.

Então, o ideal é que a gente encare, sim, essa questão como uma questão pública e ofereçamos às mulheres, a todas as mulheres, sobretudo as mais jovens, o direito a serviços de saúde sexual e reprodutivo.

Muito obrigado.

A CPI está aberta.

Eu vou me retirar, mas as pessoas do meu gabinete estão aqui. A nossa CPI está aberta, inclusive para receber, via e-mail e redes sociais, dados, textos, casos, histórias de vida, porque a Rosângela vai produzir o relatório, mas ela vai reproduzir o relatório com a nossa ajuda. E esse relatório vai indicar políticas públicas ao Poder Executivo, vai indicar ações para o Poder Judiciário e vai dizer o que o Legislativo tem que aprovar para a gente barrar esse genocídio.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Jean Wyllys, pela participação, pela organização. Estendo a toda a sua assessoria.

Quero passar a palavra para a Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

A sugestão da Mesa é que fale um Deputado e fale um membro da sociedade civil do plenário.

Então, vamos passar para a primeira oradora inscrita, Ana Paula, mãe do Jonathan.

Pode usar a tribuna ou, se preferir, pode falar do plenário.

O microfone está à disposição.

A SRA. ANA PAULA GOMES DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos. Meu nome é Ana Paula, sou moradora da favela de Manguinhos e sou a mãe do Jonathan.



Jonathan é um jovem de 19 anos, que, no dia 14 de maio do ano passado, foi morto com um tiro pelas costas, na Comunidade de Manguinhos. Meu filho não foi a primeira vítima da UPP em Manguinhos. Desde quando foi instalada a Unidade de Polícia Pacificadora, já foram quatro adolescentes mortos. Um mês depois de o meu filho ser morto, com um tiro nas costas, sem nenhuma defesa, sem nenhum direito à defesa, mais um jovem foi morto. Eu falo executado, porque tiro nas costas, tiro na cabeça é execução. Não tem outra palavra. Então, eu estou aqui hoje porque não podia deixar de estar. Desde quando o meu filho morreu (*depoente chora*), eu venho aqui procurando ser a voz dele. Eu não vou me calar. Eu acho importante a criação desta CPI, sim, porque, o que nós, mães, familiares e amigos de vítimas dessa violência, desse genocídio, o mínimo que a gente espera é que haja uma investigação. Uma investigação verdadeira. Que haja uma investigação. Que se chegue à verdade, à verdade dos fatos, porque nós, moradores de favela, além de convivemos com a dor, de ter um filho tirado da gente dessa forma violenta, agressiva. Num primeiro momento a gente também vê, ali, um filho morto, estirado no chão, e vê uma mídia vindo e criminalizando o nosso filho, colocando o nosso filho como suspeito de ser um criminoso. Isso é triste, isso é revoltante. Isso é revoltante! Isso eu não aceito, porque, como foi falado aqui — não entendo de lei, não entendo —... mas, como a companheira falou aqui, existe uma lei que fala que todos nós somos responsáveis. Eu tenho consciência de que eu cumpri o meu papel como mãe. Com todas as dificuldades, eu criei o meu filho, eu eduquei. E aí, o Estado, que tinha que estar ali, dando (*a oradora se emociona*), dando todo o direito de o meu filho ir e vir, de o meu filho se locomover dentro da favela onde ele nasceu — o Estado tinha obrigação de dar, é... de proteger, de proteger o meu filho —, esse Estado vem e tira a vida do meu filho. A gente cria com tanta dificuldade, e a gente ver acabar assim é triste.

Então, eu estou aqui hoje porque lá em Manguinhos eu tenho procurado ser a voz, porque nem toda mãe, nem todo familiar tem força. Não é porque não quer, gente. É porque é difícil, é muito difícil, tá? A luta, essa luta é árdua, a gente tem que resistir. E a gente resiste a cada dia, mas não tem como ficar de braços cruzados diante de tanta violência, de tanta injustiça, tá? E hoje eu procuro ser a voz não só do meu filho Jonathan, mas eu procuro ser a voz dos outros jovens mortos lá em



Manguinhos também, porque infelizmente as mães não têm saúde, não têm, de repente, um dinheiro para estar pagando uma passagem para estar aqui, tá? Então, eu acho que é isso, esta CPI é importante, sim. A gente espera que tenha resultados, sim, porque é o mínimo que a gente espera. A gente quer um retorno, a gente quer a justiça sendo feita, porque a gente vê casos de mães cujos filhos foram mortos ali, pela polícia, e nem uma investigação teve, sabe? Não tem nada, não tem uma perícia, não tem nada. Isso é doloroso demais, a gente ter que conviver com isso. E, além disso, o que também já foi falado aqui, é da importância de estar amparando, sim, as famílias, porque eu perdi o meu filho, e eu costumo dizer que a minha família perdeu a Ana Paula. A minha filha, que tem apenas 9 anos, perdeu um pouco da mãe dela, porque é uma coisa que é difícil, gente. A gente sobrevive, a gente não consegue mais viver.

Eu levei um tempo até conseguir, de novo, conseguir me levantar, poder pentear o cabelo da minha filha, dar um banho. E hoje, quando eu saio — eu estava comentando com a minha amiga —, a minha filha, ela está com problemas seríssimos, ela está com medo de tudo. Quando eu saio, ela pede, pelo amor de Deus, para eu não sair, ela começa a chorar, ela fala que não quer que eu morra, por quê? Ela viu o irmão sair de casa e não voltar. E ela ouve as coisas, por mais que eu tente poupá-la, ela ouve; então, ela tem medo.

Ela própria passa lá na favela comigo, e ela já conhece o policial que matou o irmão, porque o policial que matou o meu filho, ele continua lá, tá? Então, eu tenho que conviver com isso. Ela: *“Mãe, eu acho que é o policial que matou o meu irmão que está ali, não é?”* E eu: *“É, é ele”*. E, assim, o que a gente vê é a impunidade imperando, sabe? O policial que matou o meu filho, ele continua trabalhando lá na UPP de Manguinhos, ele já foi indiciado, antes da morte do meu filho, pelo assassinato de três jovens. Foi indiciado, mas nada aconteceu. Mas dessa vez eu tenho certeza, porque a minha parte eu estou fazendo e eu quero um retorno da Justiça, eu quero um retorno deste Estado. Eu quero justiça para o que aconteceu com o meu filho.

Enquanto o meu coração estiver pulsando aqui dentro, eu vou até o fim. *(A oradora se emociona.)* E eu não vou deixar que aconteça a mesma coisa que aconteceu com as mães lá da Baixada, que tiveram os filhos mortos por esse



mesmo policial, que está impune — impune. A impunidade faz isso. Então, eu espero realmente, de coração, que alguma coisa seja feita, que esta CPI traga um retorno para a gente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero dizer para a Ana Paula, que é mãe do Jonathan, que este é um dos maiores entraves: para todos os jovens pobres, vítimas, a primeira iniciativa do Estado é a culpabilidade da vítima. Isso é uma vergonha, não é? Então, sempre é um dos maiores depoimentos que nós temos ouvido. Então, nós temos que reverter isso.

A SRA. ANA PAULA GOMES DE OLIVEIRA - Mas o importante é esta CPI ir ao encontro do PL que já existe, dos autos de resistência. É muito importante. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela contribuição. Depois nós estaremos à disposição, se quiser conversar mais com os Deputados em relação à UPP lá.

Eu quero convidar a Deputada Tia Ju para compor aqui a Mesa. Não sei se a Deputada Martha Rocha está presente — já a tinha convidado.

Eu quero passar a palavra para o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Boa tarde ao Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a cada nobre colega Parlamentar, a todos os senhores e senhoras presentes e à Deputada Estadual aqui também conosco.

Antes de começar a minha fala — e sem nenhum tipo de constrangimento, só para formalidade da CPI —, eu quero fazer uma pergunta à mãe que acabou de falar, que fez um depoimento. Para mim, não menosprezando nenhum dos outros, da dor, a de quem sente, a de quem está sofrendo. Respeitando todos os demais oradores, para mim é algo muito relevante.

Eu sou um Parlamentar de primeiro mandato e cheguei a esta CPI, Ana Paula. Eu sou do PSD e, quando me convidaram para a CPI, Parlamentar de primeiro mandato da Casa, disseram-me alguns partidos, direções partidárias e lideranças acabam sobrecarregando de trabalho os mais novos, porque têm que pagar o preço de estar chegando.

Eu hoje sou membro de cinco Comissões, presido uma e sou membro da CPI. Isso é fora do normal para quem trabalha na Câmara, porque no máximo se



conseguem duas, três. Isso tem me feito trabalhar intensamente. Faço com o maior prazer; não estou aqui reclamando. Foi para isso que o povo do Estado me elegeu para estar lá. Mas o que me faz aproveitar a sua fala e ressaltá-la, até porque foi por último, mas foi muito de quem sente, e, se puder — não quero aqui constrangê-la —, fazer declaração... Se não puder ser aqui declarado, para mim é melhor ainda, se for essa a sua decisão. Mas você teria o nome desse policial que já está respondendo ao terceiro e quer declarar aqui ou não? *(Manifestação na plateia.)*

Eu estou fazendo uma pergunta. Ela tem toda a liberdade para dizer ou não. E eu já abri a minha pergunta dizendo que, se não quiser, isso para mim é um bom indício.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Não? O.k. Muito obrigado. Era só isso o que eu gostaria de saber, porque isso, para mim, é a prova do que nós estamos fazendo aqui, é a prova de que, quando nós fazemos uma abordagem em uma CPI como esta, quando queremos, lamentavelmente, politizar um assunto de tamanha seriedade, como a violência, nós nos deparamos com alguns problemas maiores.

Eu sou neto de negro, apesar desta cor. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Por favor, vamos ouvir o orador, membro atuante da CPI. Vamos garantir a sua fala, com muito carinho e respeito.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Obrigado, Presidente.

Eu sou neto de negro, casado com uma descendente indígena de primeira geração; seu pai é indígena do Nordeste brasileiro.

Neste meu primeiro mandato, estou fazendo parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, desde o seu primeiro dia, com muita alegria, respeitando todos os matizes ideológicos. Honestamente, se fosse para me autodefinir politicamente, eu diria que não sou nem de direita nem de esquerda, justamente porque tenho votado, neste meu início de mandato, de diferentes formas e com diferentes orientações. Alguns colegas depois podem falar a respeito.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e de parabenizar o Deputado Reginaldo por trazer esta Comissão ao Estado do Rio de Janeiro e



demonstrar a clareza e a responsabilidade dos Parlamentares cariocas que representam esta Comissão. Somos cinco e estamos todos aqui. Nós cinco estamos nesta Comissão desde o início para ouvir.

Queridos, eu acredito que a violência só será enfrentada neste nosso País quando tivermos a possibilidade e o respeito ao diálogo, inclusive com aqueles que não pensam como nós. O problema da violência, muitas vezes...

E eu sei da dor de uma mãe como a que acabou de falar. Eu entendo perfeitamente, até porque tenho vários familiares que moram em comunidades, inclusive lá bem próximo de Manginhos. Eu tenho gente que mora no Jacaré e conheço a realidade das comunidades. Conheço o sofrimento das mães.

Quando ouço aqui perfeitamente as pessoas que inicialmente falaram, como as Sras. Lenilda e Clátia, como muito bem disse o Deputado Jean — se não me equivoco quanto às pessoas e aos nomes —, sinto-as um pouco mais pessimistas quanto ao resultado de uma Comissão como esta. Mas, se nós não começarmos por isso, se não começarmos e formos amplos, num debate franco e aberto, não chegaremos a nenhum tipo de produção de política pública para enfrentar essa problemática. A problemática da violência não é um assunto só de segurança pública; ela começa em outras esferas. A violência começa quando você, mãe, quando você, pai, vai a um hospital e não consegue atendimento para o seu filho.

Semana passada, eu estava numa audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família — a querida Deputada Benedita da Silva faz parte também dessa Comissão —, e estava lá o Ministro da Saúde, que falou durante 3 horas e 42 minutos. Eu fiz questão de me inscrever para ser o último a falar. Eu fui escutando durante todo o tempo e, como o último a falar, fiz uma pergunta ao Ministro, entre outros questionamentos. Falei: *“Ministro, o único Estado do País em que nós temos oito hospitais federais é o Rio de Janeiro. É o único. Nos outros Estados, não há hospitais federais. Ou seja, era para a saúde pública no Rio de Janeiro ser um exemplo, se nós temos a força do Estado e mais oito hospitais federais. O que está acontecendo no Estado do Rio?”*

Eu o questionei e, durante todo o tempo, falei com ele, uma pessoa com quem estive pela primeira vez. Pareceu-me um excelente gestor, uma pessoa com facilidade argumentativa. Gostaria que toda essa argumentação e essa facilidade de



gestão pudessem imprimir algumas coisas que eu não ouvi, porque, lamentavelmente, o que mais ouvi ali foram Deputados clamando pela volta de mais um imposto aos brasileiros, a CPMF, para ajudar a saúde.

E falei: *“Ministro, não gostaria que V.Exa. saísse daqui com a impressão de que o brasileiro suporta mais imposto. Nós não suportamos mais impostos. Se o seu Ministério priorizar”* — porque foi uma palavra que eu não ouvi em hora nenhuma, nas 3 horas e 42 minutos de audiência — *“o combate à corrupção, vai dar e vai sobrar para termos saúde pública de qualidade neste País”*.

Então, falei aquilo ao Ministro, cobrando dele, porque acredito que a violência pública não é só um assunto de segurança pública, mas de saúde; a violência é um assunto da desagregação das famílias, em especial. Começamos a ver essa desagregação — e com isso termino, Sr. Presidente — inclusive nas nossas arquiteturas modernas que hoje abandonam as velhas copas, onde nós sentávamos à mesa como família para dialogar. E fazem microsalas de TV, temos uma em cada cômodo da casa, desagregando a família. Nós, para revermos a qualidade e diminuirmos a violência aos negros, aos jovens negros, aos jovens pobres deste País, precisamos valorizar as nossas famílias, precisamos colocar o dedo não só na segurança pública, mas também nela, porque, quando colocamos um horizonte só em algo, em um objetivo, nós esquecemos aqueles periféricos que também fazem parte do conjunto.

E eu quero vir a esta CPI, Sr. Presidente, caros colegas e todos os participantes aqui, que com muito respeito ouvi e vou ouvir até o final desta CPI, para dizer que nós precisamos enfrentar esse problema não politizando simplesmente. Quando nós vimos aqui e ouvimos que parece que não existem pessoas de centro ou de direita com responsabilidade quanto à violência neste País, eu acho que estamos sendo injustos. Este problema só será resolvido quando direita, centro, esquerda, independente do matiz ideológico, assumirem o seu papel social de responsabilidade quanto à violência contra os negros e os pobres deste País. Aí nós vamos reverter esse quadro. Esta é a minha palavra.

Vamos colocar um pouco mais de amor no nosso debate político, um pouco menos de ideologia, que, aí sim, nós teremos resultados práticos na nossa política pública contra a violência ao negro e ao pobre neste País.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Sóstenes Cavalcante, que tem nos ajudado muito nesta CPI (*palmas*), assumindo que realmente há um genocídio em relação a jovens negros. Quero agradecer a presença e também a contribuição.

Aproveitando a sugestão do Deputado, vou pedir ao Secretário da CPI — vamos solicitar, viu, Ana Paula, nós mesmos, a CPI — toda a informação do inquérito em relação à morte do filho da Ana Paula. Nós vamos fazer isso amanhã, na CPI. Nós vamos encaminhar à Segurança Pública do Estado a solicitação do inquérito e todos os encaminhamentos. Se for o caso, nós abriremos uma diligência. É evidente que nós estamos aqui para fazer o encaminhamento do problema mais sistêmico, sobre a violência contra jovens negros. Mas, porque somos humanos, temos sangue nas veias, aos casos que chegam até a CPI nós queremos dar também encaminhamento. Nós não podemos aceitar que vários casos, e casos históricos e emblemáticos, até hoje não tenham sido elucidados. Então, nós também temos parte da CPI nesse sentido como meta, que é também deixar escrita essa história de que há casos de violação de direito no Estado Democrático, milhares, para não dizer milhões, que não foram elucidados. Então, aproveitamos a sugestão do Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra para a Maria de Fátima Silva, mãe do Hugo, da comunidade Rocinha. Fique à vontade.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA - Boa tarde.

Eu sou Maria de Fátima dos Santos Silva, da favela da Rocinha. Sou mãe de Hugo Leonardo dos Santos Silva, assassinado com dois tiros na favela da Rocinha. “Foi assassinado como traficante”— ele não era; “estava com um 38” — ele não usava; e falaram, saiu aqui, “teve perícia” — não teve. É mentira. A minha sorte é que era de tarde; num beco, na porta de uma creche é que ele foi assassinado. Mas, antes de ser assassinado, muitas e muitas vezes ele era torturado por ser negro, pobre, favelado e estar desempregado. Só isso. Ele foi nascido e criado dentro da favela. Mesmo quando não encontravam com ele na rua, já sabiam onde meu filho morava, iam lá no quatinho do meu filho queimar de cigarro, cortar de faca, dar



chute, acordar meu filho, jogando água na cara e cuspe. E ele foi morto... foi morto, não, ele foi assassinado, dia 17 de abril de 2012, na favela da Rocinha, na porta de uma creche.

E fomos todos ameaçados por esses policiais. Fomos ameaçados. Eu só resolvi sair, botar a cara depois que fizeram o que fizeram com o Amarildo, e não devolveram ainda o resto dele. A minha sorte é que o meu filho... era de tarde e eles carregaram o corpo, botaram dentro da viatura e jogaram lá no Miguel Couto, e falaram: "*Mais um traficante aí*". Não, disto aqui eu quero resposta. Ninguém nunca me procurou. A minha vida virou de cabeça para baixo, não consigo trabalhar, não consigo fazer nada, minha vida é um tormento. Enquanto eu não conseguir limpar o nome do meu nego, de 33 anos... Na época, deixou filha, deixou a ex-mulher dele e me deixou assim. Não mataram meu filho, mataram a mim também. (*Palmas.*) Mataram a mim.

E eu quero resposta. Ninguém nunca me procurou para saber da verdade. Ele teve uma passagem pela polícia? Teve. Ele pagou. Mesmo depois que ele pagou lá dentro, ele saiu, ele trabalhava dois ou três dias aqui no Teatro Municipal, fazendo limpeza. E onde vou eu levo a pasta, porque está tudo ali, os documentos, ele guardava tudinho. Ele era perseguido por ser negro, pobre, favelado e desempregado. E eu quero a ajuda de vocês, eu quero ajuda. Eu vou para tudo que é lugar. Vou para passeata, para manifestação. Vou em busca de justiça. É o que eu peço para, sabem, mais ou menos, dar uma aliviada no meu coração, porque eu quero o nome dele limpo. Ele não era traficante. Se fosse eu que tivesse machucado e ele fosse parar no hospital, eu iria ser presa. Eu dei a vida, eu não posso tirar. Então, por que vem um que eu nunca vi (*palmas*) e tira a vida dele por ser negro pobre? Se está desempregado, não pode ficar dentro da favela, transitar? Por que, se ele nasceu e se criou lá? Ele se criou lá. Ele nasceu e se criou lá.

Eu moro na favela há 50 anos. Há 50 anos eu moro lá. Sempre respeitei para ser respeitada. Mas, a partir do dia 17 de abril de 2012, o meu respeito por essa polícia assassina e covarde acabou, acabou. E eu quero uma resposta sobre isto aqui. A carteira de identidade dele, no dia, sumiu. Os 120 reais que ele tinha no bolso sumiram. E meu filho não era traficante. E, mesmo se fosse, não tinha que matar ele, porque não estava armado, não tinha nada — de joelho, com dois tiros na



barriga e outro na cabeça. Não, se ele não estava com nada. Mas não. Meu filho não era nada disto aqui. Aqui tem uma verdade, o resto é tudo mentira.

E eu espero que, com esta CPI, dê tudo certo. Eu estou levando fé, estou levando fé. Eu espero que alguém aí possa me ajudar, porque são 3 anos lutando contra essa injustiça. Não pode ser assim. Se eu não posso tirar a vida, que sou mãe, não posso machucar para dar o exemplo... *“Ah, porque bateu, machucou, foi parar no hospital”.* *“Por quê?”* *“Porque fez coisa errada”.* *“Ah, prende ela”.* Mas não. Aí vem um e tira a vida de quem eu gerei. Tirou a vida de quem eu gerei. Por quê? Eu quero uma resposta. Eu espero essa resposta há 3 anos. Há 3 anos eu espero essa resposta.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Maria de Fátima.

Vamos solicitar também informação sobre esse inquérito.

Quero passar a palavra para o próximo orador. Nós estamos priorizando aqui primeiro os Deputados do Rio de Janeiro. Então, vou passar a palavra ao Deputado Celso Jacob.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Boa tarde, Deputado Reginaldo Lopes, boa tarde Deputados aqui do Rio, Deputados que vieram de fora, como Paulão, Erika Kokay, que nos prestigiam, deslocando-se de outros Estados, mostrando a unidade que é esta CPI — a seriedade, a unidade.

Sabemos que é muito difícil tratar desse tema, que é muito complexo, sabemos da luta, ouvimos o depoimento dessas mães, e nos emocionamos, ficamos sensíveis, sabemos da dificuldade de apurar os fatos, mas temos a coragem de estar aqui na CPI, vindo a localidades, ouvindo depoimentos. O Deputado Reginaldo Lopes é uma pessoa muito humana, muito determinada, está aí sensibilizado com as coisas que estão acontecendo, está apurando, lutando. E ele colocou uma coisa muito importante. O nosso projeto é sistêmico, não é individualizado, mas, em função de uma situação de excepcionalidade, ele vai olhar esses dois casos, como vai olhar outros casos que possam surgir. Mas o nosso objetivo na CPI é analisar o todo. E é isso que nós estamos fazendo, também aqui no Rio, e de repente vai haver outros deslocamentos.



Mas o importante é que estamos tentando fazer um trabalho sério de apuração e de resultado, um trabalho sério de tentar, ao final de uma CPI, porque sempre se questiona a qualidade da CPI, ter um resultado. Que possamos colher frutos no seguinte sentido: contribuir para a melhoria dessa relação, da sociedade, da polícia. Nós temos que achar caminhos para que se faça justiça, mas que se respeite o ser humano. E é muito difícil isso. Sabemos dessa relação, mas temos que achar caminhos, e nós vamos buscá-los. Eu acho que nós vamos dar uma contribuição importante, com o relatório desta CPI, nesse sentido.

A grande questão, o grande nó disso aí é o respeito ao cidadão, à pessoa carente, pobre, que não pode se defender, às vezes não tem voz, não tem a própria iniciativa de defesa. E cabe à sociedade, cabe à Justiça fazer com que ela possa ter o seu direito preservado. Não importa se a pessoa é carente, se a pessoa é pobre, se a pessoa é preta, ela tem que ser respeitada com dignidade por todo mundo.

E é essa a nossa luta. A CPI vai tentar, ao final deste trabalho, dar a sua contribuição. Eu queria agradecer ao Deputado Reginaldo, nosso Presidente, e à Deputada Rosangela, nossa Relatora, pelo empenho. Agradeço o empenho de todos os senhores, Deputados, e de vocês, que estão nos dando credibilidade, estão aqui conosco, acreditando que isso pode realmente chegar a algum lugar.

Parabéns a todos, e vamos confiar primeiro em Deus e também na Justiça.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Celso Jacob, pela presença, pela bela atuação à frente da CPI, na solidariedade, no encaminhamento dos trabalhos.

O próximo inscrito é o Sr. Humberto Adami, do Conselho Federal da OAB.
(Pausa.)

Eu quero também convidar para compor a Mesa, e agradecer, porque contribuiu muito para a realização em especial deste ato aqui hoje na Assembleia, o Deputado Zaqueu Teixeira. Faço questão que venha até aqui. Vou pedir que arrumarem uma cadeira para sentar conosco aqui e fazer uso da palavra. Obrigado, de coração.

O SR. HUMBERTO ADAMI - Muito boa tarde. Meu nome é Humberto Adami. Eu sou advogado aqui no Rio de Janeiro, sou Diretor do Instituto de Advocacia



Racial e Ambiental — IARA, estou presidindo a Comissão de Igualdade Racial do Conselho Federal da OAB e também a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, que tem trabalhos que acabam se misturando com o que foi falado aqui.

O que nós estamos presenciando nesses debates que estão acontecendo são resquícios da escravidão negra no Brasil, que até hoje não foram resolvidos pela sociedade brasileira.

Audiências públicas estão sendo realizadas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, no Conselho Nacional do Ministério Público — a Secretária da Juventude estava ali, a Ângela também estava, o Ouvidor da SEPPIR, Carlos Júnior, está ali — , e esse fato tem sido corriqueiro. Em todos os lugares que nós temos conseguido alcançar, é sempre assim: mães negras chorando a morte de seus filhos negros que foram assassinados — em todo lugar, não só no Rio de Janeiro, não.

Eu tive a oportunidade de representar o Presidente do Conselho Federal da OAB na chacina do Cabula. É o mesmo quadro. Estivemos lá em São Paulo, vendo o caso da chacina das Mães de Maio, que vem desde 2006, com 496 assassinatos em cerca de 2 semanas, que sequer tiveram inquérito. As Mães de Maio estão todas lá. E segue em todo o País exatamente esse mesmo quadro de mães negras chorando os seus filhos mortos.

O Secretário-Executivo da SEPPIR, Giovanni Harvey, que estava substituindo a Ministra lá na audiência pública, abriu sua fala da seguinte forma: “*Os números de mortandade da juventude negra estão absolutamente sem controle*”. Foi mencionado isso aqui, *en passant*. Mas nos últimos 12 anos, o número de jovens negros vítimas de morte violenta — não só assassinato, mas morte violenta — aumentou em 12%, ao tempo em que o de jovens brancos diminuiu mais de 32%. Esse é um dado que é conhecido aí e, com certeza, a maioria deve saber.

Mas eu queria tratar especificamente das soluções, o que a CPI pode fazer. A polícia está sem controle porque as corregedorias não funcionam. Todo dia há um flagrante no Facebook, porque agora a comunidade mais pobre do País — e, na sua maioria, preta — consegue registrar o que essas pessoas estão vindo falar aqui e em todos os lugares. Lá é registrado o flagrante, o abuso, a falta de respeito, a violação de direitos humanos e provavelmente a morte.



Aliás, falando em morte, mais um homem negro foi assassinado agora em Baltimore. Está no noticiário aqui. Foi o segundo homem negro assassinado lá em Baltimore. E nós vemos a diferença que é o Governo de Baltimore. A Procuradora de Baltimore, uma mulher negra, veio dizer: *“Olha, nós vamos indiciar os policiais, nós vamos processá-los e nós vamos fazer valer o direito”*. Mas aqui nós não estamos vendo isso. Nós estamos vendo seguidamente o desrespeito total.

Objetivamente, Sr. Deputado, é o seguinte: foi mencionado aqui também o que se pode fazer de positivo para melhorar esse quadro, porque só se fala em Estado quando é para chegar a força de repressão policial. Mas não vem saúde, educação, Justiça, toda essa parte que faz a população afrodescendente querer o que todo mundo quer. Nós só vemos chegar polícia, UPP e não vemos chegar o resto do Estado, que deveria estar lá acompanhando.

Então, o que impede a Câmara dos Deputados de adotar cotas para negros nos seus quadros de carreira? Isso é uma proposta boa, porque a Presidenta Dilma já assinou a Lei 12.990, criando cotas para negros no Executivo Federal. O Judiciário começou, através do Supremo Tribunal Federal — o Ministro Lewandowski —, a anunciar a questão de cotas para juiz. E o Legislativo? O Legislativo tem que se mexer nesse quadro também, seja no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados. Então, isso seria uma ótima proposta que ela já pudesse caminhar nesse sentido.

Queria dizer também que é preciso haver o fortalecimento das guardas municipais e das corregedorias através de convênios com o Ministério de Justiça. Não basta só querer. Mesmo que a Presidenta da República ou o Governo Federal queira entrar nos Estados ou nas guardas municipais — algumas guardas municipais estão querendo o porte de arma —, não há como não colocar o dedo no controle dessas polícias auxiliares também. Então, é preciso uma flexibilização na legislação nacional, para que se possa fazer a investida e sair dessa história de autonomia que, na verdade, só serve como uma ilha de impunidade e proteção de corporativismo. Então, é preciso que o Ministério da Justiça faça isso também, porque ele passa dinheiro através do projeto.

A Carta de Belém — para encerrar, só faltam mais dois itens — foi assinada pela Conferência Internacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB,



em Belém, na semana passada. Lá foi aprovada a proposta de se deflagrar uma campanha nacional para que o Brasil ratifique a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância. Foi uma proposta até do nosso companheiro Wilson Prudente aqui, que faz parte também da Comissão Nacional da Verdade e é Procurador do Trabalho. A Convenção não foi totalmente ratificada. É isso que permite que os tratados internacionais não sejam ampla e totalmente apurados, porque aí nós teríamos a apuração individual das responsabilidades desses agentes dos Estados.

Está aqui o Carlos Júnior, que é o Ouvidor da SEPPIR — eu também fui Ouvidor durante 2 anos. Ele está lá agora e é membro da Comissão Nacional da Verdade. Esperamos que a Ouvidoria da SEPPIR possa ter condições e recursos para instaurar representações nos MPs estaduais e Defensorias Públicas em todo o País, porque, senão, não se pode falar em federalização. É preciso municiar.

Enfim, nós assistimos a esses mesmos fatos em Cabula. Mas sobre Maré, é interessante dizer por que a população e mesmo outras instituições públicas não conseguem sequer vir denunciar. Esta é a primeira audiência que estou vendo ser feita. Houve uma da Defensoria Pública semanas atrás. Mas onde é que estão todos os poderes instituídos do Estado do Rio de Janeiro e dos demais Estados que não estão vendo isso? (*Palmas.*) Cadê o Ministério Público? Cadê a Defensoria Pública? Não vou dizer que eles estão coniventes. Agora, eles querem exigir que uma pobre mãe, um pobre cidadão que está lá no meio da Favela da Maré ou em outras favelas venha aqui dizer: “*Olha, foi aquele policial que matou*”. Isso não é possível! Onde é que estão os Poderes instituídos da República e do Estado?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bom, Sr. Humberto! Quero agradecer-lhe pelas proposições. Se puder detalhar mais, depois pode enviá-las a nós. Nós temos o *e-mail* da CPI, que quero informar a todos: cpi.violenciacontrajovensnegros@camara.leg.br.

Quero passar a palavra ao Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Boa noite a todos e a todas! Queria cumprimentar o Presidente Reginaldo Lopes, a Relatora Rosangela Gomes e, de



uma forma destacada, a companheira Benedita, que tem toda uma simbologia nessa caminhada.

Veja bem, Deputado Reginaldo Lopes, a fala do companheiro que me antecedeu contemplou a pergunta que eu ia fazer. No convite que V.Exa. fez, havia a informação de que estariam presentes representantes do Governador, da Defensoria e do Ministério Público. Eu pergunto: há algum representante do Governador do Rio de Janeiro presente aqui, pessoal? *(Pausa.)* Há algum representante do Ministério Público Federal? *(Pausa.)* Há algum representante do Ministério Público Estadual? *(Pausa.)* Há algum representante da Defensoria Pública Estadual?

É importante fazer essas perguntas, porque a situação colocada pelas companheiras que me antecederam — e eu cito aqui simbolicamente a Ana Paula — não é diferente da de outros Estados. No meu caso específico, Alagoas, que é um Estado geograficamente pequeno, o segundo menor do Brasil, está acima do Rio de Janeiro pelas estatísticas. Houve finais de semana, entre sexta-feira e segunda-feira, em que foram assassinados 36 jovens na faixa etária de 14 a 29 anos, público masculino e descendência negra e pobre. Então, não é diferente. Portanto, esse quadro que estamos vendo na Bahia não será diferente do de Alagoas.

No caso da Ana Paula, que fez o depoimento, o colega fez um questionamento. Nós temos o exemplo de um garoto chamado Davi, que tinha um pequeno distúrbio e foi assassinado por dois militares. A mãe teve a coragem de denunciar o ocorrido, mas não houve providência nenhuma, nem do Ministério Público Estadual, omisso em relação à situação, nem da Defensoria. Depois de 3 meses numa peregrinação, essa mãe, que estava num ponto de ônibus, recebeu dois tiros, por coincidência, dos mesmos militares que assassinaram o seu filho. E ela conseguiu sobreviver. Então, o seu o drama, Ana Paula, é o de várias mães no Brasil.

É claro que esta CPI não vai operar milagres, mas ela tem um papel fundamental, porque coloca na agenda uma invisibilidade, sobre a qual, até então, a elite brasileira não queria fazer discussão. Inclusive uma parte dos Poderes e órgãos constituídos não quer fazer o debate, porque ele não é midiático. É importante fazer



o processo seletivo: não é midiático fazer essa discussão em relação aos jovens pobres e negros deste Brasil.

Eu falava com uma companheira Deputada Estadual — o que eu já fui no passado — e perguntava o número de Deputados aqui presentes. Queremos, é claro, agradecer o espaço da Assembleia, porque foi fundamental a diplomacia. São 70 Deputados, mas só estão presentes 2 Deputados, pessoal!

Essa reflexão nós temos tem que fazer com profundidade. Mesmo não sendo um dia ordinário de sessão, pelo conteúdo, pela complexidade e pela importância temática, teria que haver uma maior representação aqui. Se os órgãos constituídos têm dificuldade de vir, imaginem, como foi dito aqui pelo companheiro que me antecedeu, cobrar de uma sociedade que não acredita num modelo de sociedade principalmente em função dos Poderes constituídos.

Então, eu queria aqui falar, Deputado Reginaldo Lopes, da importância desta CPI. Agora, repito que é a segunda vez que essa temática é colocada em pauta, não é? Eu não era Parlamentar na época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, é a primeira vez.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sim, mas a temática da violência é a segunda vez, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É a primeira.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Então, é a primeira vez.

É fundamental esta situação: vocês vejam que ela tem pouca visibilidade. A grande imprensa é seletiva nesse debate. Ela passa ao largo do processo, ao lado do processo, porque essa discussão não interessa. Uma parte da sociedade não quer fazer a discussão. Esse tema é muito forte.

No caso da Câmara Federal, nós estamos num processo — e aí é preciso refletir com vocês — em que houve um retrocesso na composição interna da Casa. Ela involuiu. Lá existe uma bancada muito conservadora, como foi dito pelo companheiro Jean Wyllys, lá discutir a questão dos povos indígenas, dos quilombolas, da juventude, enfim, ser militante de direitos humanos é remar contra a maré, como foi dito pelo companheiro aqui. É difícil a caminhada.

E as disputas conservadoras estão acontecendo em cada Comissão. A Deputada Erika Kokay, que é uma companheira histórica da Comissão de Direitos



Humanos naquela Casa, sabe o quanto isso é difícil. Aqui foi mencionado o nome de um Deputado Federal do Rio de Janeiro, o Deputado Jair Bolsonaro, que foi um dos campeões de votos devido a essa realidade conservadora. Mas agora o Jair Bolsonaro termina sendo um dos Deputados mais avançados. Na Câmara Federal há mais Deputados conservadores do que ele inclusive, muito mais conservadores do que ele.

Então, este é um tema fundamental que tem que ser analisado com carinho, verificando e protegendo as pessoas. No seu caso, Ana Paula, se você não se sente à vontade, não faça isso. Nós estamos lidando com uma violência entre jovens que é real, devido principalmente a uma droga recente no Brasil, que veio de fora para dentro, chamada *crack*.

O Coronel Ibis, no Morro do Alemão, falava que a estrutura militar de segurança no Brasil era uma estrutura da Lei de Segurança Nacional, em que o inimigo era o interno. Então, toda vez em que você tinha um processo de mobilização principalmente no campo da esquerda, aquele era o foco, era o inimigo.

Agora há uma guerra contra o tráfico. Mas que tráfico é esse? É um tráfico que seleciona muitas vezes o pequeno usuário, mas um tráfico em que não se faz o bom combate, a exemplo dos 500 quilos de cocaína do Senador Zezé Perrella. (*Palmas.*) Em Minas Gerais, esse caso está paralisado. Esse debate não existe no Congresso Nacional. Uma parte das grandes autoridades não encaminha essa situação. E ele era um dos grandes abastecedores do mercado de Minas e uma das grandes personalidades no Brasil.

Aqui no Rio de Janeiro não é diferente, porque sabemos que a figura que controla o jogo do bicho foi um dos maiores agressores em relação ao processo da caminhada democrática: é um ex-capitão do Exército Brasileiro, o Capitão Guimarães, que ainda comanda o jogo do bicho aqui no Rio de Janeiro. Então, essa discussão tem que ser aprofundada. Não é fácil fazer o bom combate.

Enfim, é necessário preservar as pessoas porque uma parcela significativa dos casos envolve, infelizmente, autoridades que deveriam proteger a vida, mas não o fazem. Mas eu não tenho dúvida de que a sociedade ganha corpo nesse processo.



Esta Comissão, repito, não vai operar milagres, mas fará o seu papel no sentido de apresentar o relatório. Esperamos principalmente que o Ministério Público Federal possa sair da sua inércia e fazer o bom combate.

Um grande abraço, companheiro! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulão.

O próximo a falar é André Luiz Ramos, do Morro do Alemão.

O SR. ANDRÉ LUIZ RAMOS - Eu queria cumprimentar todos com uma boa-tarde e dizer que estou feliz de saber que, nesta Assembleia Legislativa, acontecem debates como este.

Para mim, é difícil falar em mídia e até expor o meu caso. Eu moro no Alemão há 29 anos. Hoje eu estive na Assembleia Legislativa pela décima vez, na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, para buscar a solução de um problema que é um pouco diferente do problema dessa mãe que mora em Manguinhos e da outra senhora que mora na Rocinha.

O meu caso é que, desde 2012, eu não vivo mais tranquilo como vivia no Alemão antes da pacificação, muito bem antes de se planejar a retomada do Alemão. Eu sou filho de uma senhora negra também. Eu acho que todos que participaram aqui, inclusive o advogado da OAB, que representa essa classe de negros... Enfim, se eu fosse falar de tudo que gostaria de falar aqui...

Eu fico lamentando o fato de as emissoras não estarem aqui, como um senhor e o próprio Deputado disseram. Outras pessoas, de repente, poderiam pegar isso como exemplo de vida. Eu acho que, basicamente, o maior exemplo de tudo vai ser pegar o exemplo de vida e de atitude de cada morador da Rocinha, do Vidigal, do Cantagalo.

Tem uma pessoa lá atrás que falou do papo de desenrolar. Eu vou tentar falar bonito aqui, mas acho que, na verdade, o papo que tem que ser falado mesmo é o desenrolo. Eu moro no Alemão há 29 anos. Infelizmente eu me influenciei pelo tráfico quando tinha 15 anos. Mas, graças a Deus, saí do Padre Severino depois de apanhar com tanta raquetada na cara, saí recuperado para servir cafezinho na Almirante Barroso nº 72, na gestão do Garotinho, no Programa Jovens pela Paz. Daí, quando o Programa Jovens pela Paz acabou, eu fiquei desempregado. Aí a



kombi me abraçou, o tráfico me abraçou e, infelizmente, eu retrocedi de novo ao tráfico.

Mas em 2008, eu coloquei a minha cabeça no lugar, através de um trabalho de parceria de líderes de associação e moradores de comunidade, e criei uma instituição no Morro do Alemão, numa fábrica que estava desativada até há pouco tempo e invadida por um grupo de moradores. Eu vou dar um papo reto: fui eu que retomei o espaço do galpão, porque já não estava aguentando mais. Inaugurei uma instituição chamada RDD, o que era o meu sonho desde quando trabalhava na Almirante Barroso, com o falecido Marcos Vinicius de Andrade e com o Deputado Paulo Duque naquela época.

Eu fundei essa instituição chamada RDD, isto é, Ramos de Deus, onde comecei a recuperar traficantes, moradores de rua, homens que trabalharam com Fernandinho Beira Mar, pessoas que viveram a mesma situação do meu meio de vida. Esses homens estão recuperados. Vocês podem buscar na Internet o filme *5X Pacificação* que vão vê-los falando do que eu pude proporcionar a eles do melhor.

Antes da pacificação, de 2008 a 2012, eu vinha desenvolvendo todo esse trabalho. Eu tive o prazer de criar um jornal em 2010, no Morro do Alemão, que foi parabenizado pelo Presidente Lula e pelo Sérgio Cabral, na inauguração do teleférico. Ganhei visibilidade na mídia, que me procurou, bem como a L'Oreal Paris, a Spoleto, as Empresas S/A, que estavam entrando no Alemão. Naquele momento de pacificação, grandes empresas entravam no Alemão. Hoje você não vê nem mais *outdoor*, você não vê nada no Alemão. O papo é esse.

Então, em 2012, eu estava com essa estrutura e o jornal montados, com os 10 mil que o ex-Presidente Lula e o Governador me doaram — está gravado. Eu tenho nota guardada até hoje de tudo em que investi, porque eu achava que iria ser investigado se não prestasse conta, pois eu aprendi a prestar conta de tudo, anotar tudo no papel. Estão guardados lá os 10 mil investidos.

Mas em 2012, depois da pacificação, nesse galpão abandonado, propriamente dado por liberdade de uma administradora — porque os donos da Tuffy Habib tinham me deixado inaugurar minha instituição nesse galpão— um grupo de policiais da UPP do Borel, irmão, atravessou para Nova Brasília e fechou com a UPP de Nova Brasília, que está lá. Infelizmente o capitão que fechou nessa



mancada não está lá mais. Esse grupo deu cobertura para esses policiais entrarem no galpão onde eu estava desde 2008, fazendo um trabalho. E eu vou citar o nome para o senhor, porque hoje tenho a certidão de nascimento dele, eu tenho a carteira de motorista dele. O senhor pode ir na CGU.

Em 2012, procurei a Defensoria Pública, que na época foi a mesma que legalizou a minha instituição de forma gratuita, porque existe um programa gratuito de legalização de associações. Para vocês verem, em 2008 eu legalizei a minha instituição e o meu jornal. O jornal foi pelo Governo Federal, mas a instituição foi pela Defensoria Pública.

Eu comuniquei que fui expulso do galpão e fui ameaçado com tiros por um grupo de policiais da UPP do Borel que não é lotado na UPP da Brasília, que anda à paisana. *“Você tá ficando maluco!”* Havia uma emissora que estava fazendo uma novela lá. E um colega que também trabalha como jornalista, que infelizmente, por conta de ser quase um produto nas mãos de várias pessoas que estão dentro do sistema global, não quis dar notoriedade ao meu trabalho. Os irmãos já devem estar ligados em quem é. Não tenho nada contra ele, mas infelizmente ele vive desse sistema. E houve o fato de eu também ter um carisma por outras pessoas.

Resumindo a história, a emissora falou: *“Não posso colocar isso no ar, porque isso aí é um escândalo. A gente está fazendo uma novela aí dentro”. “Mas, pelo amor de Deus, eu fui ameaçado! Eu fui expulso do morro em que fui criado!”* Eu nasci mineiro, irmão, eu tenho sangue de mineiro. Mas vivi praticamente 29 anos dentro do Complexo do Alemão. *“Ah, a gente não dá!”*

Resumindo, é Alexis Ferreira Rodrigues da Silva, da UPP do Borel, que está na rua até hoje.

Eu vim aqui, irmão. Você deve estar pensando que eu andava assim. Não é discriminação não. Eu fui barrado duas vezes para entrar aqui na Assembleia. Tenho um amigo ali que está de prova. Para entrar na Assembleia Legislativa, eu fui barrado. Eu falei: *“Irmão, minha casa foi interditada. Teve uma enchente no Alemão. Eu perdi tudo. Eu estou com esse sapato aqui há 8 meses”.*

Eu tinha uma empresa em nome da minha mãe, que foi o presente que eu dei para ela. Eu fiz minha mãe chorar. No filme *5X Pacificação*, você vai ver: eu tenho uma empresa em nome da minha mãe. A empresa quebrou; quebraram os meus



computadores que a L'Oreal deu. Os policiais entraram dentro da minha sede e falaram que eu trabalhava a favor do tráfico. Como é que eu ia trabalhar a favor do tráfico recuperando?

Resumindo, em 2012 eu tive que sair do Alemão. Fiquei de 2012 a 2014 morando de favor na cada de um e de outro. A sede da minha instituição, que até hoje funciona lá na grotá, está lá. Tive que colocar um líder pra trabalhar. E os meus casos, o meu problema pessoal eu não posso expor na mídia, enfim, porque coloco a minha família em situação de risco.

Em 2014 agora, revoltado com a Defensoria Pública, que fez descaso do meu caso, na Rua México, nº 11, no 15º andar, procurei a Defensora e falei: *“Doutora, fui ameaçado por um grupo de policiais, que estão querendo me matar. Deram tiro de 40 em cima de mim, Doutora. Eu não quero voltar pra o tráfico para me defender, para buscar ajuda. Pelo amor de Deus, eu tenho uma vida, tenho uma história!”* *“Ah, mas é muito perigoso!”*

Tentaram me jogar no PROVITA. Mas o PROVITA demorou para me responder. Até hoje, irmão, estou tentando entrar no PROVITA, mas não entro no negócio de PROVITA nada!

Eu vou confessar para vocês aqui o que eu não falei para a *Globo* nem para ninguém. Todo mundo acha que aquela invasão lá no galpão da Tuffy foi tipo uma invasão. Não foi. Sinceramente, foi a retomada de um espaço que eu utilizava. E o policial da UPP me expulsou de lá. Mas só que, devido à mídia publicar o que eles acham — infelizmente só alguns veículos publicam o que eles não gostam —, falaram como se eu fosse que nem pastor: *“Líder religioso invade um galpão e vira uma bagunça”*.

Resumindo, eu fiquei com 10 mil pessoas dentro do galpão. Eu tive que me ausentar, porque o Governador mandou um toque através de um líder de associação: *“Ó, se o pastor estiver dentro do galpão da Tuffy, não vai ajudar a ninguém. Ele tem que sair daí, porque ele que é o mentor disso tudo”*. Eu saí do galpão com uma mão atrás e outra na frente. Mas eu saí sabem com o quê, senhores? Saí com a prova que a Defensoria Pública me pediu e que os jornais me pediram, de 2012 a 2014: saí com o balanço financeiro do que a polícia da UPP Nova Brasília vem arrecadando do comércio do Complexo do Alemão e a mídia não



publica. Eram 38 mil reais por dia o que eles arrecadavam de mercado. Até de barraca de cachorro-quente a polícia da UPP do Borel cobrava 15 reais — 15 reais, irmão!

Eu deveria resolver um problema. Eu retomei o galpão para resolver um problema. Surgiram 10 mil problemas aos quais o Governador deu prioridade. E o meu caso mais uma vez foi esquecido! Desafio qualquer um aqui agora: liguem pra o Dr. Capote, liguem pra o Dr. Luiz, da DRACO, que eles vão falar para vocês se eu não estou na fila de espera aguardando entrar.

Eu estou sendo ameaçado até hoje, senhores! Eu pergunto para os Deputados que estão aqui — eu não sei fazer política, mas participei da política servindo café: vocês querem que eu retroceda para o tráfico, para buscar ajuda?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ANDRÉ LUIZ RAMOS - Poxa, eu vou ter que meter a mão de novo, para me defender, gente? Eu estou pedindo ajuda! Eu vou falar para vocês aqui: pelo amor de Deus, irmão! Eu peço aos Srs. Deputados. Também peço desculpas ao companheiro aqui se estou enfadando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, é o seguinte...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ANDRÉ LUIZ RAMOS - Eu quero perguntar para vocês aqui. Aqui há senhoras que estão falando que vão até o fim. Agora eu vou perguntar para os senhores, que também não têm nada a ver com esse problema: os senhores vão tentar nos ajudar? Pergunto aos senhores.

A minha mulher não sabe que estou aqui. Se ela souber que eu estou aqui, eu vou perder o meu segundo relacionamento de 2012 a 2014. Será o segundo relacionamento que eu vou perder se ela souber que estou aqui. Ela fala: “*Esquece isso, vamos!*” Esquecer como?

Eu sou negro, irmão. Eu tenho orgulho de ser negro. Mas sinceramente, eu não sou dessa cor não. Sabe por quê? Há 3 anos eu vivo, irmão, igual a quando estava no tráfico, quando tinha 15 anos: ao lado de pessoas perigosas. Mas eu paguei isso quando era menor. Eu vivo de buraco em buraco: uma hora eu estou na comunidade A, outra hora estou na comunidade B.



A Defensoria Pública, que estava me ajudando, falou para eu esquecer isso aí. Com relação à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, desculpem-me se alguém aqui trabalha com o Deputado Marcelo Freixo, mas eu acho que o Deputado Marcelo Freixo está mal assessorado, irmão, porque falam que vão me ligar, mas não ligam, falam que vão ligar para a DRACO e vão acompanhar, mas não ligam. *(Palmas.)* É uma menina de turbante vermelho que estava aqui agora. Papo reto, irmão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - André, conclua, por favor.

O SR. ANDRÉ LUIZ RAMOS - Desculpe-me. Eu estou até emocionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Espere aí, André. Nós topamos fazer depois uma reunião só com você *(palmas)*, por causa da proteção. As acusações são graves. Então, como nós temos o compromisso de ouvir, faz parte da nossa oitiva, a CPI assume o compromisso de ouvir você reservadamente. Nós queremos apurar isso. Nós estamos aqui. Nós não vamos...

O SR. ANDRÉ LUIZ RAMOS - Sim, senhor. Eu vou falar para o senhor o que eu falei para o doutor da DRACO. Eu falei assim: *“Olha, doutor, eu estou desacreditado da PM. O senhor está sendo representado pela Bandeirantes, porque a Bandeirantes pegou para mim o que a Globo e a Record querem e eu não vou dar para ninguém, é exclusivo: o balanço financeiro”*.

Sabe o prejuízo que eu dei à milícia no Alemão? Eu vou ser verdadeiro para o senhor, doutor. Eu já fui parabenizado por duas autoridades neste País: uma foi o Presidente Lula, que me homenageou na inauguração do teleférico e me deu os 10 mil reais para criar o meu jornal, a minha ferramenta de trabalho que hoje eu não tenho mais; e o outro foi Governador.

Mas imagine o senhor intimidar um grupo de paramilitares que atua na comunidade, sem o tráfico de arma de fogo que tinha numa pacificação? O senhor acha que eu recebi os parabéns de quem? Quem o senhor acha que vibrou por mim, quando eu expulsei a milícia de lá? Quem falou assim: *“Caramba, representou!”*?

Eu não quero isso para a minha vida não, doutor, por isso estou pedindo para o senhor. Quando eu sair daqui, não sei se vou encontrar os bandidos na pista, se vão me pegar, se vão me matar. Eu sei que deixo o alerta para os senhores aqui: esta é a situação em que eu estou vivendo. Eu peço por favor a quem puder me



ajudar. Eu tenho uma tia lá que fala: “*Eu tenho uma solução para tu: tu vai se esconder tal lugar*”. Eu peço, por favor, que me ajudem. Eu preciso das minhas ferramentas de trabalho. O meu sonho é o meu jornal e o meu instituto funcionando de novo.

É só isso que eu peço, por favor. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, André.

O SR. ANDRÉ LUIZ RAMOS - Desculpe-me por alguma coisa, se eu falei demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - André, se você quiser falar e gravar, nós temos estrutura para ouvi-lo aqui agora também. Mas fique à vontade.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Estamos à disposição.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Esta CPI tem uma importância grande dentre outras, porque tira da invisibilidade, como disse o Deputado Paulão, o extermínio de jovens negros ou o genocídio de jovens negros. Na verdade, está em risco toda uma geração. E a CPI, ao tirar da invisibilidade, mostra os contornos de uma sociedade extremamente racista, mostra que não existe igualdade racial nem democracia racial no Brasil. Então, ela contextualiza, ela problematiza para que nós possamos buscar as soluções necessárias para romper com isso.

Eu penso que, antes da desumanização literal, há uma desumanização simbólica que tira a humanidade dos nossos jovens e dos nossos jovens negros neste País. Então, é uma sociedade que desumaniza. E ao desumanizar simbolicamente, ela cria as condições para que nós tenhamos esse número de jovens mortos ou vítimas de óbito, o que envolve, em grande medida, a própria violência policial.

É muito importante que a CPI contribua na perspectiva de que nós possamos aprovar o fim dos autos de resistência. O fim dos autos de resistência é importante porque significa que vai haver a investigação, com condições muito especiais e



muito imparciais, de todos aqueles crimes cometidos por policiais, que são um número extremamente ameaçador da nossa própria democracia.

Eu digo que nós não fizemos o luto do colonialismo nem fez o luto da escravidão. O auto de resistência é pedaço da escravidão e é pedaço da ditadura militar que está na nossa contemporaneidade e no nosso cotidiano e que está nos fazendo tropeçar todos os dias.

Não só jovens negros estão sendo mortos. Os jovens negros estão sendo encarcerados. Se você entrar num presídio, verá que a esmagadora maioria dos que estão ali são jovens negros e pobres. Há um escritor russo que diz que conhecemos a nossa sociedade se conhecermos os nossos presídios. E se entrarmos nos nossos presídios, nós vamos ver que ali estamos encarcerando e tirando a perspectiva dos nossos meninos e meninas, particularmente dos nossos meninos homens, cuja esmagadora maioria é negra.

Eu estava numa unidade de internação, Deputada Rosângela Gomes, onde estava sendo feita uma revista extremamente vexatória, uma revista com cães, em que os meninos estavam sem roupa. Eu cheguei para o comandante do BOPE que estava coordenando aquela revista e disse: *“Comandante, os meninos...”* Ele falou: *“Menino não! Menino não! Esses não são meninos. Meninos são os nossos filhos. Esses são bandidos, bandidos. São bandidinhos”*. Veja que expressão tão literal de uma desumanização simbólica, que vai preceder uma desumanização literal e vai se refletir nesse número de óbitos.

Portanto, é preciso que nós rompamos com isso, para que possamos construir uma sociedade em que haja noção de humanidade. Eu digo isso porque a desumanização não atinge só quem é desumanizado. Ela desumaniza quem desumaniza. Então, se há estruturas do Estado que desumanizam, essas estruturas do Estado estão desumanizadas, elas perdem a noção de humanidade.

Por isso, em virtude de tudo o que nós vimos no dia de hoje, eu penso que a primeira coisa que deveríamos fazer era uma audiência pública desta CPI, para discutirmos os modelos da UPP. É preciso repensar e revisar os modelos da UPP. *(Palmas.)*

Nós não podemos achar que o Estado vai estar presente apenas na força policial, em que não há universalização dos direitos. Os direitos humanos são



universais. Os direitos humanos não podem ser para uma parcela da população. E parece que a tortura é permitida desde que atinja determinado segmento da população. Parece que o extermínio é permitido desde que atinja uma determinada parcela da população.

Sobre o trabalho infantil, eu fico muitas vezes pensando que, se algum menino de classe média ou classe média alta estiver trabalhando, todo mundo vai dizer que esse menino não pode trabalhar. Mas se for um menino pobre, vão dizer que é melhor ele estar trabalhando do que estar no tráfico ou estar no crime, como se para as crianças pobres não houvesse outra oportunidade e não houvesse possibilidade de viver a infância. Ou há o tráfico e o crime ou, então, o próprio trabalho.

Então, vejam que há uma parcialização dos direitos humanos. Isso provoca uma vitimização sem fim, porque os meninos são vitimados pela ausência de políticas públicas. Aqui foi lido o trecho da Constituição que assegura que criança e adolescente são prioridade absoluta, a única prioridade absoluta na nossa Constituição. Por isso nós deveríamos exigir dos gestores planos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Isso é prioridade absoluta. Deveria haver creche, educação integral, políticas de juventude, enfim.

Então, os meninos não têm políticas públicas. Eles são invisibilizados na ausência de políticas públicas; tornam-se visíveis com a arma na mão, muitas vezes; e depois, quando recebem uma sentença, são invisibilizados de novo.

Hoje existe uma violência policial que parte do pressuposto de que esses meninos são culpados pela sua própria morte.

Nós vimos aqui dois relatos de duas mães que estão lutando para fazer o luto da morte dos seus filhos, o luto, porque a impunidade faz a morte sem fim. Ela transforma a morte numa morte sem fim. E utilizar-se e destruir a vida desses meninos ou destruir esses meninos e dizer que eles são responsáveis pela sua própria morte ou dizer que eles estão no crime, ainda que estivessem no crime, você não pode matar. A dignidade humana, ela tem que ser preservada ainda em guerra. Ainda em guerra não é possível torturar e não é permitido torturar, e nós temos a tortura grassando no nosso País e os estereótipos se consolidando e se estabelecendo sentenças de morte.



Por isso, eu diria que é preciso fazer o luto, é preciso fazer o luto. A impunidade não deixa que haja o luto e, para além da impunidade, você destruir a vida, destruir a memória desses meninos e dizer que houve razão nas suas mortes é exatamente impedir que nós façamos o luto. É morte sem fim.

Vou encerrar dizendo o seguinte. Primeiro, é preciso rever os modelos da UPP e fazemos essa discussão na CPI. Nós não podemos fazer nenhum programa ou projeto de pacificação sem a participação da comunidade. *(Palmas.)* A comunidade tem que ser escutada. Está sendo negada à comunidade a condição de ela determinar sobre a sua própria vida. *(Palmas.)* Isso significa que nós estamos vivendo parte do que foi a ditadura quando o Brasil foi retirado dos brasileiros, e os brasileiros não podiam opinar sobre a sua própria vida.

É importante que possamos assegurar — e eu estou encerrando, Deputado Reginaldo Lopes — as corregedorias independentes, porque as corregedorias policiais são contaminadas por uma lógica de quem se sente dono da vida, e ninguém é dono da vida. Ninguém tem o direito de tirar a vida literal ou metaforicamente em condição nenhuma.

E, por fim, dizer que houve duas ideias aqui expressas pelo nosso Presidente, e acho que são importantes de a gente desenvolver. Uma é que os Estados e as Unidades da Federação construam suas próprias CPIs para poder verticalizar, para poder aprofundar e para poder dar respostas à sociedade.

Segundo é o sistema único de segurança pública. Aquele que foi dito durante o debate presidencial que o Estado ou que o Governo Federal deveria ter uma relação maior com as políticas públicas estaduais. Nós podemos construir, da mesma forma que há o Sistema Único de Saúde ou o Sistema Único de Assistência Social, criar o sistema único de segurança pública para dar resposta à sociedade. O que eu penso é que estamos naturalizando a morte nos nossos meninos e estamos naturalizando o que não é natural. Há um roubo da juventude. Há um roubo da adolescência. Há um roubo da vida, que muitas vezes é provocado pelo Estado.

E eu encerro dizendo, como já foi falado nesta Mesa, que o Estado deixa de atuar enquanto Estado promotor de políticas públicas e atua apenas para literalmente provocar mortes, que já provocou simbolicamente ao retirar a condição de termos uma sociedade onde todas e todos possamos viver a nossa humanidade.



Enquanto o Brasil continuar convivendo com esses níveis de assassinato e esse nível de genocídio dos jovens negros, vamos rasgar a nossa Constituição, que fala em dignidade humana, e colocar em risco ou em questão se vivemos realmente numa democracia. Por isso, é preciso dar respostas à sociedade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Erika Kokay. Nós estamos com uma dificuldade de tempo. Há vários voos, do pessoal da Taquigrafia, do pessoal do apoio técnico da CPI e de alguns Deputados. Vamos tentar ouvir todos. Se puderem economizar tempo, só para uma questão processual.

Vamos lá, vamos passar a palavra para a Deputada Benedita. Foi um pedido do Plenário, e a Mesa acatou.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu acho que já é boa noite.

Boa noite, minhas companheiras e meus companheiros. *(Palmas.)*

Na verdade, eu sei que estão todos aqui com voo marcado. Penso que, dos que já falaram aqui, cada um deu a sua contribuição. Acho que a CPI tem esse papel de ouvir. Nós estamos muito mais para ouvir do que propriamente para dizer alguma coisa.

Nosso relatório — a Relatora sabe muito bem — será feito não por nós, mas pela contribuição que vocês passarão. E o que nós fazemos é a avaliação das propostas que surgem e das informações que nos são passadas, dentro de uma realidade. E a realidade aqui é a violência contra a juventude negra e pobre.

Só aqui nós já temos pesquisa e diagnóstico para saber onde nós estamos. Nós estamos nas favelas, que botaram o nome de comunidades, não mudou nada, mas a gente sabe disso, e estamos nos presídios. Nós já sabemos onde nós estamos. Então, é preciso que a gente dê também a seguridade social. A gente não pode, de forma alguma, discutir uma reformulação que seja por instrumento do Governo sobre UPPs sem falar na questão da segurança social, que nós não temos.

Qual é a nossa participação, dito aqui pela Erika, para a gente discutir e decidir dentro das nossas comunidades? O que é isso para nós? É a nossa segurança social, porque são nossos filhos que descem, tomam tapa na cara *(palmas)*, são os nossos negrinhos. Então, a gente precisa também da comunicação, que é fundamental para nós. Através da comunicação, eles são



identificados como marginais, e são eles que têm o cabelinho *black*; e são eles que têm tatuagem; e são eles que usam bermuda; e são eles que estão de camiseta e são negros, porque os que estão de tatuagem, de camiseta e de bermuda e não são negros esses não são abordados. Então, essa segurança tem que ser discutida. Não podem olhar para os nossos filhos e achar que eles já são marginais.

Tem um fato que eu não poderia deixar de contar aqui que aconteceu em Magé. A polícia mandava parar o neguinho, e o neguinho não parava! Eu não me esqueço disso! Mas sabem por que ele não parou e sabem por que ele foi baleado? Porque ele era surdo e não conseguia ouvir que a polícia estava mandando ele parar! E o que é isso, gente? Em um lugar que tem um monte de gente surda, não tem uma escola ali para atendê-los! E a gente não conseguiu colocar um programa naquele lugar!

A gente tem que discutir essa questão de segurança com amplitude! A gente tem que discutir essa questão da maioria penal! A gente sofre naquele Congresso! Nós não somos ouvidos, porque nós somos bandidas que queremos pegar marginais, porque os direitos humanos são para sustentar bandidos! Os nossos filhos, que são assassinados, não são meninos, não! Eles são bandidos, e como tais devem ser tratados!

E foi assim o debate na discussão da creche para as crianças que nascem nos presídios! Foi assim a discussão! Foi assim o debate! Vocês vão criar crianças de bandidos! Vocês têm que criar creches para os filhos dos trabalhadores! Aí, os trabalhadores entram, e usam os trabalhadores. Vocês têm que criar para trabalhadores! Vocês estão querendo criar para bandido!

Será que os filhos dessas mulheres, que nascem nos presídios, eles já nascem condenados? A condenação é extensiva também a eles? Isso se chama direitos humanos, mas se chama seguridade, se chama segurança social!

Eu falaria de muitas outras coisas, mas nós temos que entender que esta CPI tem esse papel. As providências serão tomadas, mas sem a gente na rua, sem a gente organizada, sem a gente estar gritando e sem a gente... E isso foi dito hoje pela Deputada, no Alemão, pela nossa Relatora. Pensem bem. E ela disse que não é ano eleitoral, então a gente fala com muita propriedade e à vontade. Mas pensem bem em quem vocês votaram, porque o que recebeu maior voto, neste Estado do



Rio de Janeiro, não foi a negrada que saiu candidata. Pelo contrário, poucas chegaram lá, com raríssimas exceções, eu e a Rosângela, do Estado do Rio de Janeiro. Mas o que recebeu o maior número de votos se chama Bolsonaro!

Então, é importante que a gente também saiba, no mínimo, não é votar na Benedita ou na Rosângela, mas em quem defende a nossa causa! Porque a gente fica se esgoelando, e depois a comunidade ainda cobra da gente por que a gente não está fazendo nada. Mas esse nada tem que contar quantos nós somos e quantos eles são.

Muito obrigada. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Bené. Quero apenas comunicar que nós encaminhamos, após a fala do André Luiz Ramos, do Morro do Alemão, para a Comissão que estava aqui, a SEPPIR e Direitos Humanos, para colher depoimento, porque nós vamos ajudar a encaminhar para o PROVITA. Acompanhando o depoimento, nós indicamos o Deputado Paulão e o Deputado Sóstenes Cavalcante.

Vou passar a palavra para a Deputada Tia Ju e, depois, para o Deputado Zaqueu Teixeira.

A SRA. TIA JU - Boa noite a todos e a todas. Sinto-me honrada pelo convite. Quero parabenizar o Presidente desta Comissão porque, de fato, é um tema ousado, quando se trata de negros. Eu sou negra, minha bisavó nasceu em senzala, minha família toda é negra. A minha cor é desbotada porque eu não tomo sol, mas o meu cabelo não nega a negritude e tenho orgulho de ser negra.

Todas as falas aqui já contemplaram o que eu gostaria de dizer. A Benedita, com muita propriedade, terminou de concluir o que estava entalado na minha garganta, complementando o que a Deputada Rosângela, com muita ousadia, colocou, no Morro do Alemão, trazendo a reflexão da população com relação ao momento de escolher os seus representantes.

De fato, Benedita, na hora de cobrar, cobram de nós, mas, na hora de votar, não lembram da gente. Essa que é a grande verdade, a sua grande maioria. Não esses que estão aqui, porque estão lutando pelas mesmas causas que nós.

Eu estou como Presidente da Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, na ALERJ, e a gente sabe o quanto somos apedrejadas por



defender as crianças, os adolescentes — a gente não pode nem chamar de adolescente nem de criança, de fato, como você colocou — que estão nas unidades do DEGASE, que, na sua maioria, também são pobres e negros. Assim que assumi a Comissão, eu me aprofundi em estar *in loco* nessas unidades, vendo de perto a realidade, estando em contato com as mães. Conheci a Mônica que, para mim, é importantíssima. Mônica, porque você me traz a referência de muitas mães. Conheci essas mães que trazem o sofrimento, porque a gente vive dentro das comunidades, a gente anda nas comunidades.

Talvez eu não seja uma pessoa conhecida de muitos, porque a gente vive no meio da multidão e passa despercebido, mas a gente conhece de perto a realidade de todos. Meus pais me criaram com muita dificuldade. Estudei em escola pública minha vida inteira. Muitas vezes não tinha o lanche para levar para a escola e nem mesmo tinha um almoço digno para estudar, mas hoje eu sou formada. Graças a Deus, tenho a minha graduação. Cheguei onde estou pela ajuda de Deus, pelo reconhecimento das pessoas e pretendo lutar principalmente pela minha classe negra e também militar sempre, nunca abrir mão, pelas crianças e pelos adolescentes. Porque eu acredito que não existe Nação, não existe Estado que consiga ser construído quando se despreza a base, que é a criança e o adolescente.

As crianças, como a Benedita disse, por nascer em presídio, já vão nascer condenadas? Nós, negros, já nascemos condenados. Nós, negros, assim que nascemos, já somos tachados de tantas coisas que vocês já sabem, não adianta eu me redundar aqui e repetir. Mas nós já somos desmerecidos, desclassificados, simplesmente porque temos a cor da pele mais escura do que os demais. Isso é uma realidade.

E as crianças estão morrendo, os adolescentes estão morrendo, os jovens estão sendo assassinados. E nada tem sido feito, a não ser por um pequeno grupo como estes audaciosos aqui desta Comissão, que se levantam dentro daquela Casa, Benedita, como bem colocou você, e a Deputada Rosângela, que não é fácil, no meio de 513, não é isso, se não me engano? Não é fácil levantar uma bandeira como essa que não agrada a ninguém, à mídia, e nem muito menos à maioria da sociedade, que é tratar do assunto negro. Porque, para muitos, o negro tem que ser preso, enclausurado. É o que traz a discussão da redução da maioridade penal.



Simplesmente querem enclausurar os nossos filhos, as nossas crianças! Nasceram sem oportunidade. Querem simplesmente incriminar quem já nasce penalizado, que são os negros. É mais fácil, ao invés de construir e proporcionar políticas públicas para resolver o problema da comunidade, melhores escolas, sem uma UPP no espaço, fazendo das crianças uma blindagem, hospitais, creches para que as mães possam sair, trabalhar e deixar seus filhos protegidos e recebendo educação, e tantos outros fatos que vocês conhecem.

Eu gostaria de frisar aqui uma fala, tomando emprestado a sua, Rosângela, mas você sabe que, enquanto parceiras, amigas de anos, militamos sobre as mesmas questões. Que a sociedade negra, que a população negra, que as mães negras, que as mulheres, enfim, que o negro saiba de uma coisa: vocês não estão sozinhos! São poucos, mas vocês têm pessoas como esses que estão aqui na bancada, esta Comissão, o Deputado Zaqueu. Infelizmente, nem todos se levantam por esta causa, mas vocês não estão sozinhos. Mas é preciso realmente pensar e começar a dar valor a quem, de fato, se preocupa com vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Tia Ju, pela contribuição, em parceria com a CPI.

Quero passar a palavra ao Deputado Zaqueu Teixeira, que foi fundamental na organização na ALERJ.

O SR. ZAQUEU TEIXEIRA - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo, Deputado Reginaldo Lopes, cumprimentar a Benedita, minhas companheiras Rosângela e Tia Ju e a Deputada Erika Kokay.

Eu não quero ser repetitivo. Quero deixar algumas propostas aqui. Eu vejo que o resultado desta CPI precisa criar mecanismos que nos permitam construir o pacto pela vida. Dentro tanto do sistema criminal como o sistema social, nós temos muito ainda o que avançar na legislação federal de forma a melhorar os mecanismos.

Um deles, para além de acabar com os autos de resistência, é fundamental. É fundamental que toda a vez que nós tivermos um crime cometido, de homicídio, cometido por agente de poder público, tem que ser exigência a realização da perícia. E, na ausência dessa, quando o local for desfeito, a reprodução simulada dos fatos,



que também é acompanhada pelos peritos, para que você possa, minimamente, permitir a apuração desses fatos.

Não dá para que a gente ouça seguidamente a voz das mães que veem a impunidade solta, porque é a impunidade que faz com que crimes e mais crimes sejam cometidos. Se nós não combatermos a impunidade, nós não vamos reduzir os crimes cometidos pelos maus policiais, que estão ali transvestidos da autoridade que é dada ao Estado, mas cometendo crimes. Então, não ter impunidade é fundamental para que a gente consiga avançar.

Outro ponto importante são os programas de proteção. Nós temos que ter legislação federal sobre os programas de proteção que possam garantir recursos e desburocratizar a sua execução, porque na hora de executar o recurso para a proteção de testemunha, você entra na mesma burocracia da execução dos recursos do Estado e você não consegue fazer a proteção, porque você não consegue acolher as pessoas decentemente. Então, você fica dependendo de convênio, dependendo de prestação de contas complicadíssimas e você não consegue o essencial, que é proteger as pessoas.

Com isso, o que os organismos fazem? Os recursos são pequenos. Eles se trancam e protegem o quanto menos. Quanto menos proteger para eles, mais fácil eles conseguirão prestar contas, e você não vai atingir o objetivo que é, de fato, fazer a proteção e permitir que a pessoa protegida possa ter o apoio do Estado. Então, ter uma legislação específica, desburocratizando, é fundamental para que a gente consiga avançar.

A UPP é um projeto que já está descendo a ladeira há muito tempo, há muito tempo! Um dos primeiros efeitos da UPP foi empurrar a violência para outros Municípios, um dos primeiros, imediatos. E a segurança pública demorou quase 4 anos para reconhecer que estava havendo migração do crime para outras regiões. Eu digo isso porque na minha cidade, Queimados, eu andava por todos os cantos. Agora, tem lugares que já me dizem: *“Zaqueu, não vai por aí. Esse lugar você não pode mais entrar, porque tem território controlado”*.

Então, é um projeto tocado com antolhos. Olha-se para frente, busca-se recursos, coloca-se policiais nas nossas favelas, mas, por outro lado, você não tem o mesmo investimento da área social. Porque, se compararmos, vamos ver que, no



Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, aumentou o investimento na segurança. Passou de 2 bilhões para 7 bilhões. O orçamento da assistência social é de 350, 380. Quando você consegue executar 500 milhões de reais, você está batendo palmas.

Então, é uma diferença muito grande dos recursos que são colocados para a segurança pública, para a atuação policial, para os investimentos necessários para que você possa, de fato, fazer o acolhimento da assistência social. E isso também precisa ser visto e colocado na CPI como proposta de legislação, para que você não tenha desequilíbrio e faça um projeto que, em tese, é de pacificação, mas que, na realidade, é de ocupação policial pura e simplesmente. E em muitas regiões, na ocupação policial, voltamos ao velho modelo em que o policial se instala, se instala pela força, manda e desmanda, cobra aquilo que não deveria, e faz pactos para que o tráfico possa trabalhar numa região. E, na outra, trabalha a polícia. Então, divide-se o território nas regiões que chamam de regiões pacificadas.

Portanto, essa máscara tem que cair. É importante o trabalho da CPI para que essa máscara possa cair. Pacificação não é isso. Pacificação não é só um projeto policial. Entram nas comunidades, mas não garantem de fato ir e vir. A pacificação tem que garantir o ir e vir a todos, a todos e a todas.

E quando você reporta o que aconteceu na Rocinha com o Amarildo... Ali, o que aconteceu? Um projeto que seria de pacificação, na realidade, não era de pacificação. Como é que você coloca, à frente de um projeto de pacificação, policiais formados com a filosofia do BOPE para estar na região, tocando política de pacificação? Vai dar errado! Vai dar errado! Ele é treinado para agir na letalidade. Esse é o treinamento que ele recebe a vida inteira dentro da Polícia Militar, para agir na letalidade. Você o coloca para fazer pacificação, vai dar errado, porque ele vai agir na lógica da letalidade, e foi isso o que aconteceu.

Então, nós temos que ter a filosofia de pacificação. E aí a formação é fundamental. E também pode ser um resultado da CPI para que, na formação das polícias, nós tenhamos um conteúdo muito forte de direitos humanos, a fim de que a gente possa de fato sensibilizar esse homem para o qual vai se dar uma farda, um distintivo e uma arma. Ele tem que estar ali para fazer a nossa proteção, e não para,



em nome do Estado, cometer assassinatos. São medidas que nós precisamos ter como resultado desta CPI.

Portanto, essa é a contribuição que trago a esta audiência pública. Que a gente consiga de fato construir um pacto pela vida. Só assim, reduzindo a impunidades, cuidando e fazendo a proteção de quem efetivamente precisa, garantindo o ir e vir de todos, é que vamos sair para outro patamar de relações humanas e de relações entre todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Zaqueu Teixeira.

No que diz respeito à perícia independente, é uma questão sobre a qual nós estamos debatendo muito, no caso de crimes provocados pelos agentes de segurança pública. Nós achamos que os programas de proteção precisam de um marco legal. Além de desburocratização, é preciso também um marco. As pessoas são abandonadas depois de certo tempo e voltam a correr risco de vida. Precisamos unificar os programas. Esses são também temas que queremos debater na CPI.

E essa política de combater o criminoso e não o crime, combater os usuários de drogas e não os traficantes custa ao Brasil 258 bilhões de reais. Ou seja, somados os gastos com saúde e educação, gastamos mais com a questão da segurança pública, que não traz nenhuma narrativa positiva para o povo brasileiro. Saúde e educação, com todas as críticas, trazem alguma narrativa e têm produzido melhora.

Então, quero agradecer a contribuição. Está sendo gravado. Vamos, com certeza, analisar as propostas que V.Exa. apresentou para a gente.

Nós temos aqui a inscrição do Roberto Bel, do Conselho Tutelar, e Rute Sales. Roberto está presente? (*Pausa.*) Não. Rute? Mônica Cunha está presente? Mônica. Tadeu Ribeiro, presente. Dr. Bruno Alves acho que saiu. O advogado falou aqui na Mesa, e a Ângela também. Então, temos três inscritos: Rute, Mônica e Tadeu.

Quem vai fechar a audiência é a nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes. Ela fez questão de falar por último, porque, como Relatora, ela está priorizando ouvir as pessoas.



Então, quero passar a palavra para Rute Sales.

A SRA. RUTE SALES - Primeiro, boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Da Secretaria de Combate ao Racismo.

A SRA. RUTE SALES - Boa noite, companheiras presentes da Marcha das Mulheres Negras. A nossa marcha é agora em novembro. Nós precisamos de apoio. E nós queremos essas mulheres negras, que vêm das suas comunidades, juntas nessa marcha, porque elas são um marco da nossa luta pela vida dos nossos filhos também.

Quero dizer para vocês que eu sou Secretária Estadual de Combate ao Racismo, do Partido dos Trabalhadores. Venho no movimento negro, sou da comunidade do Morro do Borel, embora hoje morando num empreendimento da Caixa Econômica Federal, em Triagem. Também faço parte do Movimento Moleque, que é um movimento de mães de adolescentes em conflito com a lei. Hoje estou também como assessora parlamentar do Deputado Waldeck Carneiro, na Casa.

Mas hoje eu quero falar como mulher, como negra, como vítima. Já tive 2 irmãos assassinados. Quando assassinaram meus 2 irmãos, assassinaram também minha mãe, deixando mais 9 filhos para que eu criasse, depois da morte da minha mãe. Então, abandonaram uma mulher negra, com 13 filhos, que já havia sido abandonada pelo marido, e também assassinaram 2 filhos dela. Com isso, também a assassinam, porque ela morreu de depressão após a morte dos 2 filhos. E ela era uma grande mulher, uma militante que lutava pelas nossas causas. Foi uma mulher que falou no Diretas Já, que lutou muito pela nossa Constituinte, enfim, uma mulher com grande militância.

Então, quando vejo aqui essas mulheres militantes, eu fico vendo o que vai acontecendo conosco, porque não temos nenhum sistema de saúde que nos atenda.

Eu quero aproveitar para lembrar as nossas mães de Acari, que tanto lutaram para rever o corpo ou alguma coisa de seus filhos e que também estão morrendo — já morreram duas guerreiras nossas de Acari. Lembro também as nossas mães do Caju, as nossas mães da Candelária, as nossas mães do Borel, as nossas mães de Nova Iguaçu.



Este instrumento da CPI, para nós, já vem tarde. Mas antes tarde do que nunca, porque nós precisamos. Nós temos até um sistema, que se diz protetor. Mas ele vem de cima para baixo, com uma visão que não está trazendo o que está acontecendo, que não consegue chegar lá na ponta e resolver o que tem que ser resolvido.

Nós temos uma polícia que, infelizmente, é corrompida, malformada; uma polícia que também está sem estrutura, que também está desestruturada. E quando ela chega, para nós, mulheres negras, na favela, acabam nossos filhos sendo assassinados.

Eu sou mãe de um adolescente que também passou por todo o sistema. Eu hoje tenho vários papéis: sou mãe, sou avó e sou tia de um monte de crianças — eu tenho 9 irmãos, com um monte de filhos, morando em condições ruins, e todos foram pais e mães adolescentes, porque eu perdi a minha mãe muito cedo. Eu também fui mãe adolescente. O meu filho também foi pai adolescente. Então, hoje, eu tenho 2 netos, eu tenho mais de 20 sobrinhos, e nós temos que trabalhar, porque eu preciso que esses sobrinhos, esses netos, não sejam assassinados, não vão para o sistema penal, não vão para o sistema socioeducativo — que de educativo não tem nada. E, aí, nós precisamos continuar lutando, precisamos encontrar força onde não tem.

A CPI é mais um instrumento, mas existem outros instrumentos que precisamos rediscutir, reformular, pensar se realmente vão ser eficazes para intervir no que está colocado para nós quanto à questão da violência. Porque hoje nós temos medo.

Hoje, estava acontecendo essa audiência lá no Complexo do Alemão e, embaixo do Complexo do Alemão, havia um rapaz sendo espancado por quatro policiais, sentado no chão, no meio da rua, na Itararé. Nesse final de semana, policiais invadiram o Morar Carioca, seguraram um rapaz e o espancaram. Quando a multidão de moradores juntou em cima, eles jogaram *spray* de pimenta, atiraram para o alto e arrastaram aquele rapaz para a linha do trem, para o espancarem lá na linha do trem.

Nós já temos dois jovens assassinados por policiais dentro do Morar Carioca. E é o quê? Ali é um empreendimento da Caixa Econômica. Ou nós colocamos ali



uma proteção de verdade, um sistema de segurança de verdade, ou ali vai se reproduzir tudo de novo.

Então, eu acho que nós precisamos ter responsabilidade. Estava-se falando aqui do PROVITA. Gente, eu trabalhei na gestão da Secretaria. O PROVITA pode até ter sido criado com a melhor das intenções, mas ele não serve de instrumento de proteção...